



DIÁRIO da Assembleia da República

X LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2005-2006)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Jaime José Matos da Gama

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Maria Jesuína Carrilho Bernardo
Fernando Santos Pereira
Abel Lima Baptista

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 10 minutos.

Em debate mensal com o Parlamento, sobre as perspectivas financeiras e o futuro da integração europeia, o Sr. Primeiro-Ministro (José Sócrates), após uma intervenção inicial, deu resposta a perguntas dos Srs. Deputados Luís Marques Mendes (PSD), Alberto Martins (PS), Jerónimo de Sousa (PCP), Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) — que

também exerceu o direito de defesa da bancada —, Francisco Louçã (BE), Heloísa Apolónia (Os Verdes), Pedro Duarte (PSD), António Vitorino (PS), Honório Novo (PCP), Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP), Emídio Guerreiro (PSD) e José Vera Jardim (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 30 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Socialista (PS):

Agostinho Moreira Gonçalves
Alberto Arons Braga de Carvalho
Alberto Marques Antunes
Alberto de Sousa Martins
Alcídia Maria Cruz Sousa de Oliveira Lopes
Aldemira Maria Cabanita do Nascimento Bispo Pinho
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
Ana Maria Ribeiro Gomes do Couto
António Alves Marques Júnior
António Bento da Silva Galamba
António José Martins Seguro
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino
António Ramos Preto
António Ribeiro Gameiro
Armando França Rodrigues Alves
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Carlos Alberto David dos Santos Lopes
Cláudia Isabel Patrício do Couto Vieira
David Martins
Deolinda Isabel da Costa Coutinho
Elísio da Costa Amorim
Fernanda Maria Pereira Asseiceira
Fernando Manuel de Jesus
Fernando dos Santos Cabral
Horácio André Antunes
Hugo Miguel Guerreiro Nunes
Isabel Maria Batalha Vigia Polaco de Almeida
Isabel Maria Pinto Nunes Jorge
Jacinto Serrão de Freitas
Jaime José Matos da Gama
Joana Fernanda Ferreira Lima
Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
Joaquim Barbosa Ferreira Couto
Joaquim Ventura Leite
Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
Jorge Manuel Monteiro de Almeida
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
José Augusto Clemente de Carvalho
José Carlos Bravo Nico
José Carlos Correia Mota de Andrade
José Eduardo Vera Cruz Jardim
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
Jovita de Fátima Romano Ladeira
João Cardona Gomes Cravinho
João Cândido da Rocha Bernardo
João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano
João Raul Henriques Sousa Moura Portugal
Leonor Coutinho Pereira dos Santos
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
Luís António Pita Ameixa

Luís Garcia Braga da Cruz
Luís Miguel Morgado Laranjeiro
Luísa Maria Neves Salgueiro
Lúcio Maia Ferreira
Manuel António Gonçalves Mota da Silva
Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro
Manuel Luís Gomes Vaz
Manuel Maria Ferreira Carrilho
Marcos Sá Rodrigues
Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos
Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Maria Cidália Bastos Faustino
Maria Helena Terra de Oliveira Ferreira Dinis
Maria Helena da Silva Ferreira Rodrigues
Maria Hortense Nunes Martins
Maria Irene Marques Veloso
Maria Isabel Coelho Santos
Maria Jesuína Carrilho Bernardo
Maria José Guerra Gamboa Campos
Maria Júlia Gomes Henriques Caré
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
Maria Matilde Pessoa de Magalhães Figueiredo de Sousa Franco
Maria Odete da Conceição João
Maria Teresa Alegre de Melo Duarte Portugal
Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento Diniz
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
Maria de Fátima Oliveira Pimenta
Maria de Lurdes Ruivo
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
Maximiano Alberto Rodrigues Martins
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
Nelson Madeira Baltazar
Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá
Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
Paula Cristina Barros Teixeira Santos
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
Paula Cristina Nobre de Deus
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto
Pedro Nuno de Oliveira Santos
Renato Luís Pereira Leal
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
Rita Susana da Silva Guimarães Neves
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Rosalina Maria Barbosa Martins
Rui do Nascimento Rabaça Vieira
Sandra Marisa dos Santos Martins Catarino da Costa
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes
Teresa Maria Neto Venda
Umberto Pereira Pacheco
Vasco Seixas Duarte Franco
Victor Manuel Bento Baptista
Vitalino José Ferreira Prova Canas
Vitor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
Vítor Manuel Pinheiro Pereira

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva
Agostinho Correia Branquinho
Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso

António Alfredo Delgado da Silva Preto
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
António Joaquim Almeida Henriques
António Paulo Martins Pereira Coelho
António Ribeiro Cristóvão
Carlos Alberto Garcia Poço
Carlos Alberto Silva Gonçalves
Carlos António Páscoa Gonçalves
Carlos Jorge Martins Pereira
Carlos Manuel de Andrade Miranda
Domingos Duarte Lima
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Emídio Guerreiro
Feliciano José Barreiras Duarte
Fernando Mimoso Negrão
Fernando Santos Pereira
Fernando dos Santos Antunes
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Henrique José Praia da Rocha de Freitas
Herminio José Sobral Loureiro Gonçalves
Hugo José Teixeira Velosa
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
Jorge Fernando Magalhães da Costa
Jorge José Varanda Pereira
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva
Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
José António Freire Antunes
José Eduardo Rego Mendes Martins
José Luís Fazenda Arnaut Duarte
José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
José Manuel Pereira da Costa
José Manuel de Matos Correia
José Mendes Bota
José Pedro Correia de Aguiar Branco
José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos
João Bosco Soares Mota Amaral
Luís Filipe Carloto Marques
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
Luís Miguel Pais Antunes
Luís Miguel Pereira de Almeida
Manuel Filipe Correia de Jesus
Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
Maria Helena Passos Rosa Lopes da Costa
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz
Mário Patinha Antão
Mário da Silva Coutinho Albuquerque
Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Câmara Pereira
Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel
Pedro Augusto Cunha Pinto
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Pedro Quartin Graça Simão José
Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos
Ricardo Jorge Olímpio Martins
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
Sérgio André da Costa Vieira
Vasco Manuel Henriques Cunha

Zita Maria de Seabra Roseiro

Partido Comunista Português (PCP):

Abílio Miguel Joaquim Dias Fernandes
 Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
 António Filipe Gaião Rodrigues
 Artur Jorge da Silva Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Jerónimo Carvalho de Sousa
 José Batista Mestre Soeiro
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Miguel Tiago Crispim Rosado

Partido Popular (CDS-PP):

Abel Lima Baptista
 António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro
 Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 Luís Pedro Russo da Mota Soares
 Nuno Miguel Miranda de Magalhães
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia
 Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

Bloco de Esquerda (BE):

Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo
 Fernando José Mendes Rosas
 Francisco Anacleto Louçã
 Helena Maria Moura Pinto
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda
 Mariana Rosa Aiveca Ferreira

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Francisco Miguel Baudoïn Madeira Lopes
 Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, nos termos do artigo 239.º do Regimento, vamos dar início ao debate mensal com o Primeiro-Ministro, sobre as perspectivas financeiras e o futuro da integração europeia.

Para abrir o debate, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Depois do acordo alcançado na passada sexta-feira em Bruxelas, o tema escolhido para o debate mensal de hoje não podia deixar de ser sobre as perspectivas financeiras e o futuro da integração europeia.

Por um lado, é importante que o Governo, democraticamente, preste contas à Assembleia da República dos resultados de uma tão relevante negociação. Por outro lado — e não menos importante —, importa que o Parlamento seja, desde já, convocado para debater o futuro, o futuro do nosso desenvolvimento, à luz das perspectivas financeiras agora negociadas e acordadas, no quadro europeu, para o período 2007-2013.

E quero começar por aqui para dizer, com toda a clareza, que o acordo sobre as perspectivas financeiras a que chegaram, em Bruxelas, os 25 Estados-membros é uma boa notícia para a Europa e é um excelente resultado para Portugal.

Aplausos do PS.

É uma boa notícia para a Europa, desde logo, porque este acordo põe fim a uma longa sucessão de impasses nos instrumentos fundamentais da construção europeia. E isto, só por si, tem grande importância, na medida em que seria trágico o contínuo acumular de fracassos e de indefinições em matéria tão decisiva.

A existência de um acordo é, portanto, fundamental para a recuperação da confiança. Recuperação da confiança, em primeiro lugar, no próprio projecto europeu — ameaçado por inúmeras incertezas e, agora, confrontado com as novas exigências decorrentes do alargamento. Mas recuperação da confiança, igualmente, na própria economia europeia — também ela confrontada com as novas exigências da competitividade global e que conta agora com a boa notícia de um quadro estável de prioridades e de programação financeira

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Como sempre acontece, o acordo alcançado constituiu um compromisso — neste caso, um compromisso particularmente difícil — entre objectivos comuns e interesses divergentes dos Estados-membros da União.

Sem dúvida, o acordo não logrou enfrentar em plenitude — longe disso... — as questões estruturais do Orçamento europeu, às quais teremos inevitavelmente de voltar num futuro próximo. Nessa medida, o Governo português desejaría que se tivesse ido bem mais longe, com outra ambição e outro espírito reformador.

Mas não deixa de ser positivo — quero aqui assinalá-lo — que, com este acordo, a Europa tenha conferido uma renovada prioridade à execução da Agenda de Lisboa, ao mesmo tempo que se manteve fiel ao desígnio da coesão social, nomeadamente face aos novos Estados-membros da União. E estas duas linhas estão em consonância com as orientações que Portugal sempre defendeu.

Aplausos do PS.

Mas, Sr. Presidente, Sr.^{as}s e Srs. Deputados, o acordo a que chegámos é, sobretudo, um excelente resultado para Portugal. Na verdade, graças a este acordo, Portugal vai receber, no período de 2007 a 2013, mais de 22 500 milhões de euros de fundos comunitários.

Ora, vale a pena lembrar que, quando chegámos ao Governo, em Março deste ano, estava sobre a mesa uma proposta que concedia a Portugal não mais do que 17 000 milhões de euros, sendo que a maior parte dos especialistas que acompanhavam as negociações julgava impossível um valor final acima dos 18 500 milhões de euros.

Aconteceu que, contra todas as expectativas, Portugal conseguiu contrariar as perspectivas mais pessimistas e, superando a proposta da presidência britânica, acabou por conseguir um acordo ainda melhor do que aquele que estava previsto em Junho — e isto constitui, obviamente, de todos os pontos de vista, um resultado extremamente positivo para os interesses portugueses.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas isto não é tudo. O acordo alcançado vai ainda mais longe, conferindo a Portugal diversas outras vantagens importantes na aplicação dos fundos.

Em primeiro lugar, os montantes adicionais transferidos para o desenvolvimento rural, no valor de 320 milhões de euros, passam a poder ser utilizados sem qualquer co-financiamento nacional — uma regra de que só beneficia Portugal e que traduz, no concreto, o reconhecimento da especificidade da agricultura portuguesa, agora de novo reafirmado.

Aplausos do PS.

Em segundo lugar, a taxa máxima de co-financiamento comunitário nos projectos dos fundos estruturais sobe 5%, elevando-se dos actuais 80% para os 85%.

Em terceiro lugar, o chamado IVA não dedutível nos projectos passa, com este acordo, a ser elegível para co-financiamento comunitário, facto que, só por si, pode representar um ganho da ordem dos 800 milhões de euros para os organismos da administração pública e para as câmaras municipais.

Em quarto lugar, o total dos investimentos dos projectos realizados em parceria público-privada passam, também, a ser elegíveis para co-financiamento comunitário.

Em quinto lugar, a execução dos fundos estruturais passa a beneficiar de maior flexibilidade temporal, com a regra $n+2$ a ser substituída pela regra $n+3$, alargando-se assim, em um ano, o prazo para a execução dos fundos, o que favorece, naturalmente, a plena utilização dos recursos comunitários disponíveis.

Portugal alcançou, pois, sem dúvida alguma, um excelente resultado nestas negociações tão decisivas. E, porque é justo, quero destacar aqui o contributo que, para este sucesso, foi dado pelo empenho, pela firmeza e pela competência do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, bem como de toda a diplomacia portuguesa.

Aplausos do PS.

Uma palavra é também devida ao trabalho desenvolvido nesta matéria pelo governo anterior, bem como à excelente cooperação do Presidente da Comissão Europeia, Dr. Durão Barroso, e à boa compreensão das presidências luxemburguesa, de Jean-Claude Juncker, e britânica, de Tony Blair.

Aplausos do PS e do PSD.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Com a aprovação das perspectivas financeiras para o período 2007-2013, Portugal dispõe agora de um quadro financeiro comunitário estável para um período de sete anos.

Esta é, portanto, uma oportunidade decisiva para Portugal — e é também uma grande responsabilidade para todos nós, a começar, naturalmente, pelo próprio Governo.

Quero deixar claro que o Governo olha para este novo Quadro Comunitário de Apoio como a oportunidade para uma viragem, a viragem de que o País precisa para a sua modernização.

E esta é uma oportunidade que não podemos perder.

Quero, por isso, deixar claro as quatro prioridades fundamentais na alocação dos recursos financeiros comunitários: em primeiro lugar, qualificar os portugueses; em segundo lugar, promover a competitividade; em terceiro lugar, modernizar a Administração Pública, porque só reduzindo os custos públicos de contexto, combatendo a burocracia e prestando serviços públicos mais eficientes o Estado poderá contribuir para uma economia mais saudável e mais competitiva; e, em quarto lugar, valorizar o território, porque essa missão é absolutamente indispensável para que Portugal possa desenvolver-se.

Eis, em breve síntese, as nossas prioridades estratégicas para a aplicação destes fundos comunitários.

Mas esta é também a altura para aperfeiçoar o sistema de gestão dos fundos comunitários — e, neste domínio, as palavras-chave serão concentração e selectividade.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Concentração, porque a experiência mostra que é necessário reduzir — e reduzir significativamente — o número de programas operacionais, para que se possa combater a dispersão de projectos e obter uma gestão mais eficiente e mais focada nas prioridades que devemos prosseguir.

Selectividade, porque é necessário garantir uma maior qualidade dos projectos, introduzindo mecanismos de avaliação e de hierarquização mais rigorosa das candidaturas, em função do seu impacto na competitividade da economia.

Muito em breve, o Conselho de Ministros procederá à aprovação das orientações para a preparação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que vai nortear a gestão destes fundos. E estando em causa matéria tão relevante para o desenvolvimento do País, naturalmente que a Assembleia da República, os municípios, os parceiros sociais e o Conselho Económico e Social serão envolvidos no processo de discussão das orientações a prosseguir, por forma a que o futuro Quadro Comunitário de Apoio possa resultar de um processo amplamente participado.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Mas, Srs. Deputados, concluído o acordo sobre as perspectivas financeiras, é tempo de olhar para o futuro da integração europeia.

Na agenda política do Governo está já a preparação da presidência portuguesa, que terá lugar no segundo semestre de 2007. A 18 meses do início da nossa presidência, o último Conselho de Ministros já definiu as linhas-mestras para a preparação da presidência e, no próximo Conselho de Ministros, aprovaremos — a exemplo do que sucedeu no passado — a criação da estrutura de missão encarregue dessa preparação.

Estamos já em contacto estreito com as próximas presidências — a austríaca e a finlandesa —, bem como com as duas presidências que imediatamente nos precederão e seguirão — a alemã e a eslovena.

Naturalmente, é ainda cedo para decidir os tópicos políticos fundamentais que hão-de marcar a presidência portuguesa, mas temas como a Agenda de Lisboa, o Processo de Bolonha, a sociedade do conhecimento, a investigação científica e tecnológica, as migrações e a Cimeira Europa-África estarão, certamente, sobre a mesa.

Mas é bem possível que a própria questão do Tratado Constitucional Europeu esteja ainda pendente ao tempo da nossa presidência. Quero recordar, a propósito, que o Conselho Europeu de Junho decidiu que cada país deveria promover um amplo debate e reflexão sobre a questão do Projecto de Tratado Constitucional. Por isso, o Governo apresentará sobre o assunto um programa de acção, já em Janeiro próximo. Este tema não pode ficar esquecido: o Projecto de Tratado Constitucional foi assinado por 25 Estados-membros e não é correcto, nem seria bom para a Europa, fazer de conta de que se trata agora de um «filho de pais incónitos».

O Sr. José Junqueiro (PS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A Europa é uma das tradicionais prioridades da nossa política externa, é uma prioridade para nós incontroversa. Mas o apego a esta linha de acção política não nos desviará de outras que igualmente muito prezamos: as relações atlânticas, a lusofonia e a CPLP, a participação activa na estratégia europeia para África, a aproximação aos países do Magreb, a cooperação ibero-americana, o aprofundamento das relações bilaterais com a China, com a Índia e com o continente asiático, o próprio diálogo entre civilizações. Nada disto nos afastará, todavia, da integração europeia; pelo contrário dará a Portugal outra relevância no quadro europeu.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O Orador: — Durante muitos anos, os portugueses pensaram sobretudo naquilo que a Europa podia fazer por eles — e sem dúvida que essa continuará a ser para Portugal uma ajuda preciosa no período que nos vai levar até 2013. Mas o projecto europeu depara-se, hoje, com interrogações profundas quanto ao seu futuro — e precisa de todos. Precisa também de nós e nós não faltaremos à chamada. Aprofundar a construção europeia é estar ao serviço da Europa, mas é também estar ao serviço dos interesses de Portugal.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, para formular uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Mendes.

O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o acordo alcançado, no passado fim-de-semana, no Conselho Europeu, quanto à União Europeia, não me parece uma boa decisão.

Precisamos de uma União Europeia competitiva, uma União Europeia capaz de competir a sério, em particular com os Estados Unidos e o Japão.

Precisamos também de uma União Europeia com mais justiça e com mais coesão social, em particular depois de ela ter sido alargada a 25 países.

Para tudo isto precisávamos de um orçamento maior, um orçamento da União Europeia com mais ambição.

Infelizmente, não foi isso o que sucedeu. A solução encontrada é uma solução minimalista, é o mínimo dos mínimos, é o retrato de uma Europa sem ambição. Tem, evidentemente, um grande mérito: o de evitar que a União Europeia entre em paralisação, e, nesse sentido, não é um passo atrás. Mas, verdadeiramente, também não é o passo em frente que a União Europeia precisava nesta altura para ser mais competitiva e socialmente mais coesa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto a Portugal, no quadro de um acordo minimalista, entendo que o nosso país viu satisfeitos e protegidos os seus interesses essenciais. Em Junho, eu próprio tinha considerado insuficientes os dados então previstos por ocasião da presidência do Luxemburgo. Agora, Portugal conseguiu mais, e isso é positivo para o nosso país e para a defesa dos interesses fundamentais do nosso país.

É, por isso, de saudar o trabalho de todos: Governo e diplomacia, sem esquecer o governo anterior e o Presidente da Comissão Europeia.

É esta a nossa posição.

Aplausos do PSD.

Estas são as notícias do fim-de-semana, Sr. Primeiro-Ministro. Mas, entretanto, ontem, foram divulgados os novos dados sobre a evolução do desemprego em Portugal. O desemprego, no nosso país, voltou a aumentar. Segundo o Instituto do Emprego e Formação Profissional, já temos, neste momento, 486 000 portugueses no desemprego (486 000 portugueses à procura de emprego, registados nos centros de emprego). Estamos a um passo muito curto de atingir o número chocante de meio milhão de portugueses no desemprego.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — É para ver o estado em que deixaram isto!

O Orador: — Mas ainda há dias, há cerca de 10 dias, o Instituto Nacional de Estatística deu-nos a conhecer mais e ficámos a saber que, no terceiro trimestre deste ano, a riqueza nacional caiu — e caiu brutalmente. No espaço de três meses, de apenas um trimestre, a riqueza nacional, no nosso país, caiu quase 1% — é uma queda brutal e significativa. E, como informou o Instituto Nacional de Estatística na mesma ocasião, tudo o que é importante está em queda: o investimento está a cair novamente; as exporta-

ções estão a cair; o consumo está a cair; e a riqueza nacional está com uma queda muito substancial. Ou seja, tudo quanto é importante para a recuperação do País está em queda. Só o desemprego está a subir — e a subir em flecha.

Numa palavra: Portugal, infelizmente, não está em recuperação. Portugal, infelizmente, está em estagnação económica e em crise social.

Aplausos do PSD.

Em Setembro, face aos dados então divulgados publicamente, o Sr. Primeiro-Ministro fez declarações públicas, dizendo: «São boas notícias. Há confiança na economia portuguesa.»

Sr. Primeiro-Ministro, os factos divulgados e conhecidos, nestes últimos dias, desmentem-no — e desmentem-no categoricamente. Provam, isso sim, e infelizmente, que não há confiança nem recuperação da nossa economia.

Tudo isto é grave, é mesmo muito grave. Mas poderia ser menos grave se o seu governo e a sua política se conduzissem por duas orientações essenciais: em primeiro lugar, por uma consolidação orçamental feita essencialmente pelo corte das despesas do Estado...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — ... e não tanto pelo aumento de impostos; e, em segundo lugar, por um estímulo ao investimento produtivo, ao investimento privado e ao fomento das exportações. Só dessa forma criaremos riqueza.

Aplausos do PSD.

Infelizmente, a sua política é outra. É a política das obras de regime e do aumento de impostos.

As obras de regime até podem dar grandes cerimónias, muita encenação e muita propaganda, mas não geram competitividade ao País. E o aumento de impostos também é o que se sabe: ajuda fortemente a penalizar as empresas e é a melhor receita para destruir empregos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — É, infelizmente, o que está a suceder em Portugal. A sua política de aumento dos impostos está a penalizar as empresas e a destruir postos de trabalho. Esta é que é a verdade!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — O senhor ganhou as eleições há cerca de um ano com base em três grandes promessas: a do plano tecnológico, a de não aumentar os impostos e a de criar 150 000 novos postos de trabalho. Foram as suas três grandes promessas.

Quase um ano depois, é o que se vê: falhou no plano tecnológico, que só é notícia porque, em pouquíssimo tempo, já teve três responsáveis...

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PS): — Três!

O **Orador**: — ... e a desautorização pública do Ministro da Economia.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Tal e qual!

O **Orador**: — Aumentou os impostos e, também aí, falhou. Prometeu categoricamente não aumentar os impostos — até colocou cartazes na rua a dizê-lo, mas aumentou-os logo a seguir, de uma forma brutal e significativa.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Quanto ao emprego, a realidade é aquela que os portugueses conhecem: prometeu criar milhares de postos de trabalho e estamos a um passo curíssimo de um número histórico e chocante de 500 000 portugueses no desemprego.

Numa palavra, Sr. Primeiro-Ministro: infelizmente, o País termina o ano em piores condições do que o começou, e isto é obra sua! É responsabilidade sua, da sua política e do seu Governo.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, começemos pela Europa, para dizer apenas o seguinte: o Governo português também gostaria que estas perspectivas financeiras dessem um sinal mais evidente, de mais ambição, e que a Europa estivesse mais compenetrada das novas tarefas que tem pela frente. O mundo precisa de uma Europa mais forte – não apenas a economia europeia, não apenas os europeus, mas todo o mundo.

O pior que podia acontecer em Bruxelas seria não decidir. É por isso que esta decisão, apesar de tudo, é uma boa notícia para a Europa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — É uma boa notícia para a Europa e um bom resultado para Portugal – não seja parco nas palavras, Sr. Deputado. O resultado que obtivemos é uma das maiores vitórias da diplomacia portuguesa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Digo e repito: uma das maiores vitórias da diplomacia portuguesa.

Vários governos empenharam-se nesta negociação e obtivemos um bom resultado, muito acima do que todos esperavam. Isto honra a nossa diplomacia e honra, também, a continuidade na nossa política externa.

Aplausos do PS.

Mas noto que o Sr. Deputado, mais uma vez, nestes debates mensais, relativamente ao tema proposto nada tem a dizer.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — É minimalista!

O **Orador**: — Não falei apenas do que significa para Portugal este acordo, do bom resultado; falei da responsabilidade (que nos toca a todos) de uma boa utilização desses fundos nos próximos anos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — E verifico que o Sr. Deputado nada tem a dizer sobre isso. Lamento.

Com franqueza, percebo que Sr. Deputado tenha outra agenda, mas podia tirar uma «manhãzinha» para se preparar para este debate e para apresentar, também, umas propostas por forma a que pudéssemos beneficiar do ponto de vista do PSD relativamente a um aspecto central para o nosso desenvolvimento.

Protestos do PSD.

Contudo, não quero deixar de responder-lhe, Sr. Deputado.

Já alguém, na política portuguesa, um dia disse que nunca tinha dúvidas e raramente se enganava. Não é o seu caso, Sr. Deputado, porque reparo que fala a maior parte das vezes como se não tivesse dúvidas, mas raramente acerta uma!

Risos e aplausos do PS.

Começamos pelos números que adiantou.

Diz o Sr. Deputado que a riqueza nacional, no terceiro trimestre, recuou em vez de progredir. Erro, Sr. Deputado! A riqueza nacional, no terceiro trimestre, progrediu 0,2% relativamente à riqueza nacional do trimestre homólogo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Está enganado, Sr. Primeiro-Ministro!

O **Orador**: — Por amor de Deus! Confirme os números, é preciso estudar um pouco!

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Os Srs. Deputados têm de compreender que não é pelo facto de tentarem distorcer os números que criam uma realidade diferente do que ela é!

Aplausos do PS.

Não acerta, portanto, nos números relativos à riqueza nacional. Mas também não acerta nas exportações: no terceiro trimestre, comparado com o terceiro trimestre de 2004, as exportações cresceram 2,3%. São números oficiais.

Passemos agora ao desemprego.

Diz o Sr. Deputado que temos 486 311 desempregados. Neste caso não se enganou, mas esqueceu-se de dizer quantos desempregados inscritos havia no momento em que os senhores saíram do Governo. Sabe quantos? Vou dizer-lhe: 487 623. Importa-se de tomar nota, Sr. Deputado Marques Mendes?

Aplausos do PS.

Importa-se de tomar nota, Sr. Deputado? 487 623 desempregados!

Mas o que é espantoso é que o Sr. Deputado Marques Mendes tente culpar este Governo da situação económica em que o PS e o CDS deixaram o País quando saíram do governo!

Protestos do PSD e do CDS-PP.

E até vai mais longe! Diz o Sr. Deputado que quem é o responsável pelo desemprego sou eu próprio, José Sócrates, Primeiro-Ministro.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Quem é que prometeu 150 000 novos postos de trabalho?

O **Orador**: — Disse alguém, nesta Sala, neste Hemiciclo, a 13 de Fevereiro de 2003 (não foi em 1993 mas, sim, em 2003): «Todos sabemos que não é em 10 meses que a política de um governo conduz a este ou àquele resultado». Quem foi que o disse? Foi o Sr. Deputado, na altura ministro, Marques Mendes!

Risos e aplausos do PS.

O Sr. Deputado até disse: «Todos sabemos». É verdade, na altura todos sabíamos. Agora, todos sabemos, menos um, que é o Sr. Deputado Marques Mendes!

Sr. Deputado, aproveito para recordar-lhe que não dá credibilidade a ninguém tentar torcer os números para desvirtuar uma realidade. Esta é uma situação difícil, a economia portuguesa enfrenta inúmeros problemas, inúmeras exigências, mas estamos aqui para as resolver, para lhes dar uma resposta.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — O principal problema da economia portuguesa são os senhores!

O **Orador**: — Lamento muito que, ao fim destes minutos, o Sr. Deputado não tenha dado o mínimo contributo, a mínima proposta ou sugestão para que Portugal possa enfrentar esses problemas, melhorar e desenvolver-se.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para replicar, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Mendes.

O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, em primeiro lugar, quanto à Europa, referiu que eu fui parco nas palavras relativamente ao resultado da Europa e ao resultado, que saudei, de Portugal. Quero dizer-lhe que, a esse respeito, usei praticamente as mesmas palavras que ontem ouvi, também sobre a mesma matéria, ao Sr. Deputado socialista Manuel Alegre.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — É o argumento do desespero! Está desesperado!

O **Orador**: — Pelos vistos, incomoda-o que eu faça uso de palavras semelhantes...

Sr. Primeiro-Ministro, volto a dizer que o resultado do acordo foi positivo para Portugal. Mas quero acrescentar o seguinte: em Julho passado, referi publicamente que considerava os resultados então previstos (e que o senhor aceitou) da presidência luxemburguesa insuficientes, e penso que, felizmente para Portugal, tive razão. Ou seja, consegue-se mais agora, nesta presidência, do que se conseguiu na presidência anterior.

Vale a pena um espírito de exigência e um espírito de ambição!

Aplausos do PSD.

Em segundo lugar, quanto à riqueza nacional, Sr. Primeiro-Ministro, quem o ouvisse aqui diria que tudo estava bem: a riqueza nacional a crescer, o investimento a aumentar e as exportações a subir, só o desemprego a baixar. Não, Sr. Primeiro-Ministro, é exactamente o contrário!

De facto, no terceiro trimestre – os números não mentem –, houve uma queda de 0,9% na criação de riqueza, de quase 1%, no espaço de um mês.

O que me impressiona em si é que o senhor é um Primeiro-Ministro socialista, e é difícil encontrar um Primeiro-Ministro, ainda por cima socialista, com tamanha insensibilidade social!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É muito difícil, muito difícil!

Applausos do PSD.

Protestos do PS.

Em relação ao desemprego, o Sr. Primeiro-Ministro tem uma dificuldade imensa em ter uma palavra sobre esta matéria. O problema, Sr. Primeiro-Ministro, é que está confrontado com as suas promessas e, em todas as principais promessas, o senhor falhou! Foi o senhor que prometeu criar 150 000 novos postos de trabalho,...

O Sr. Hermínio Loureiro (PSD): — Lembra-se?

O Orador: — ... mas a sua política de aumento dos impostos está a contribuir para destruir postos de trabalho. Esta é que é a verdade!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E não vale a pena o Sr. Primeiro-Ministro vir invocar o passado, porque se falarmos do passado, então também lhe recordo o seu: o senhor fez parte daquele «fantástico» governo do Eng.º Guterres,...

O Sr. Hermínio Loureiro (PSD): — Exactamente!

O Orador: — ... que foi o campeão do despesismo, do laxismo, das oportunidades perdidas, da crise das finanças públicas e do «pântano»! E o senhor era tão responsável como os outros – estava lá!

Fugiram todos, e o senhor também.

Protestos do PS.

Agora, no passado recente, faz as promessas que faz...

O Sr. Primeiro-Ministro pode descrever um «oásis»! Pior cego é aquele que não quer ver o número de desempregados a aumentar, a falta de confiança e a queda de todos os indicadores importantes para a recuperação. Só dois sobem: o desemprego e os impostos.

Nos impostos, o ponto fundamental é este: ao fazer um dos maiores aumentos de impostos da nossa história recente – 5000 milhões de euros –, entre o Orçamento rectificativo e o Orçamento do Estado para 2006, a sua política está a afectar profundamente as empresas e a penalizar e a destruir empregos, e vai conduzir a muito mais!

Por isso lhe digo, Sr. Primeiro-Ministro, ou arrepia caminho nesta política (que já tem estes resultados hoje) ou, daqui a alguns anos, infelizmente para o País, ainda vai ter resultados muito mais graves e muito mais preocupantes. Isto é obra sua, da responsabilidade da sua política e do seu Governo. Quanto a isto, não há volta a dar-lhe!

Applausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Marques Mendes, sim, efectivamente, V. Ex.^a foi parco nas palavras, relativamente ao acordo que Portugal conseguiu na Europa. Mas eu não fui e disse aquilo que devia ter dito, ao afirmar que foi um bom acordo para Portugal, o que honra a diplomacia portuguesa, este Governo e também o anterior.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Não me poupei nas palavras e disse aquilo que devia, porque isso é positivo para Portugal. Sr. Deputado, não perco tempo a fazer o balanço da «pesada herança»...

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — Não, não!...

O **Orador**: — ... e, quando é necessário — tenho tido poucas oportunidades para isso, é certo! —, digo aquilo que de bom o anterior governo fez.

Mas a verdade é que o Sr. Deputado insiste em desviar-se do tema, nada parece ter a dizer sobre ele e insiste em falar da situação económica, da qual também quero falar. A situação económica é difícil, é uma situação de estagnação económica, mas não é uma situação de recessão. A riqueza económica do País, no terceiro trimestre, subiu 0,2% quando comparada com o terceiro trimestre do ano anterior. E repare que esta é uma matéria de facto e não de opinião, Sr. Deputado. Na verdade, a riqueza nacional desceu, mas não foi este ano. Este ano, a riqueza nacional não vai descer. Sabe quando é que a riqueza nacional desceu, Sr. Deputado? Em 2003 e em 1993. E sabe o que é que há de comum entre estes dois anos? Duas coincidências. A primeira é o facto de ambos os anos terminarem em 3!

Risos do PS.

A segunda é o facto de em ambos os anos o Sr. Deputado Marques Guedes ter estado no governo e de ter sido nessa altura que Portugal viu reduzida a sua riqueza. Lembra-se, Sr. Deputado?

Applausos do PS.

Repto: em 1993 e em 2003 Portugal entrou em recessão e o Sr. Deputado estava no governo. Dirá V. Ex.^a aos portugueses, naturalmente, que, enfim, isso foi azar. Mas quem é que nos garante que o Sr. Deputado, no futuro, não voltará a ter azar?

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Só se for em 2023!

O **Orador**: — Diz, depois, o Sr. Deputado que tenho grande insensibilidade quanto ao desemprego. Pelo contrário, sempre coloquei o desemprego no centro das políticas económicas e estamos a trabalhar para o reduzir.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Vê-se!

O **Orador**: — Mas o Sr. Deputado, que diz ter tanta sensibilidade para o desemprego, faça o favor de explicar por que é que, quando esteve no governo, se registou um aumento de 150 000 desempregados em apenas dois anos e pouco. Faça o favor de explicar se isso foi de uma grande sensibilidade social, Sr. Deputado!

O Sr. Deputado evoca os governos do Eng.º António Guterres?! Nesse tempo, no tempo desses governos, Portugal convergiu com a Europa. Aliás, durante esses anos, sempre crescemos acima da média europeia e, ao nível do desemprego...

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Foi por isso que fugiram!

O **Orador**: — Já falarei do «fugir», Sr. Deputado!

Ao nível do desemprego, passámos, com os governos do Eng.º Guterres, de uma taxa de mais de 7% para uma taxa de mais de 4%, na maior operação de redução do desemprego levada a cabo por um governo em Portugal.

Applausos do PS.

Os Srs. Deputados dizem que fugi?! Saibam que nunca fugi de nada nem de qualquer situação política!

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — A verdade é que está aqui!

O **Orador**: — Contudo, talvez o Sr. Deputado Marques Mendes não possa dizer o mesmo sobre a passagem do governo do Dr. Durão Barroso para o governo do Dr. Santana Lopes. Nessa altura é que podemos considerar que o Sr. Deputado deu um passo atrás. Todavia, reafirmo que nunca fugi de nada!

Quero terminar, lembrando ao Sr. Deputado as suas obrigações. A verdade é que estamos aqui para

discutir um aspecto essencial para o nosso desenvolvimento, que é o de saber como vamos gastar nos próximos sete anos os recursos financeiros agora conseguidos. Isto não é uma notícia de fim-de-semana, Sr. Deputado, e está muito enganado se pensa que é. Isto é crítico para o nosso futuro e, por isso, espero que, ao longo do debate, alguém da bancada do PSD se lembre de apresentar alguma proposta ou sugestão para que gastemos melhor o dinheiro ao serviço do desenvolvimento do País.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para fazer uma pergunta ao Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se com o êxito do Conselho Europeu. Aquele que se conseguiu foi um bom acordo para Portugal e é positivo para a Europa, pois envolve perspectivas positivas para o desenvolvimento do projecto europeu. Foram garantidas regras favoráveis no que respeita aos fundos estruturais, foram repostas as ajudas ao desenvolvimento rural e pode, por isso, dizer-se que, ao perdermos com este pacote financeiro 10% em relação ao anterior Quadro Comunitário de Apoio, este acordo acabou por ser razoável, equilibrado, equitativo e solidário. É um bom acordo para Portugal e para a Europa.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Este acordo é, ao mesmo tempo, um sinal muito positivo para a prossecução do ideal europeu. Isto é, os Estados nacionais, enquanto Estados-nação que aspiram a uma União Europeia de natureza federativa ou de associação de Estados, têm aqui um caminho definido para aquele que é o grande ideal da Europa: uma Europa pacífica, democrática, unificada, próspera e solidária. É este um grande objectivo europeu e, simultaneamente, um grande objectivo nacional.

Por isso, ao congratularmo-nos com este acordo, queremos dar particular ênfase às palavras do Sr. Primeiro-Ministro e às do Governo e ao sentido de juízo nacional e de rigor analítico que elas encerram, ao reconhecer, na deliberação e nas conclusões deste acordo, a importância do Governo em funções e da sua diplomacia, mas também a do governo anterior, cujo primeiro-ministro era o Dr. Santana Lopes, e ao actual Presidente da Comissão Europeia. É este sentido de responsabilidade e de estabilidade nacional que é preciso consagrar.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, os desafios da União Europeia são muito exigentes. A União Europeia precisa de um crescimento sustentado e, sobretudo, de preservar o modelo social europeu, pois este é o único que garante a sustentabilidade das políticas sociais, o papel regulador e retraído, mas impulsor onde deve sé-lo, do Estado em certas dimensões e o papel de reequilíbrio na solidariedade pública e até na redistribuição de rendimentos do Estado. É este papel essencial que a Europa deve cumprir.

Cremos, Sr. Primeiro-Ministro, que a política do Governo vai ao encontro deste sentido evolutivo da Europa. O que a Europa exige é mais crescimento, mais emprego e mais justiça social, sobretudo para juntar os objectivos da coesão social à coesão tecnológica, tal como foi dito no Conselho Europeu. E é neste sentido e neste caminho que Portugal está situado.

Por isso, quando o Sr. Deputado Marques Mendes vem colocar a questão da sensibilidade social, devo recordar que ela, a sua sensibilidade social, é um pouco serôdia, um pouco tardia. De facto, como já foi recordado, a taxa global de desemprego, durante os governos do Partido Socialista, entre 1995 e 2001, baixou de 7,3% para 4%.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Exactamente!

O **Orador**: — Durante os últimos governos do PSD, apoiados pelo Deputado Marques Mendes, a taxa global de desemprego subiu, entre 2002 e 2004, de 5% para 6,7%. Na altura, nada se ouviu sobre esta sensibilidade social tardia do Sr. Deputado, mas, pelos vistos, ela surge agora, quando o Governo está a adoptar políticas estruturais e até de conjuntura para combater o desemprego. Naturalmente, o combate ao desemprego não se faz por decreto do Governo mas, sim, pelo estabelecimento de objectivos estruturais de política económica, estando, por isso, relacionado com o crescimento económico a longo prazo. O Plano de Investimentos Prioritários, o Plano Tecnológico e o programa AGIR são objectivos de longo prazo, sendo de curto prazo ou imediatos os que têm a ver com a formação profissional e com o aumento da qualificação das pessoas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a questão que quero colocar ao Sr. Primeiro-Ministro no imediato tem a

ver, basicamente, com a presidência portuguesa da União Europeia, que decorrerá no segundo semestre de 2007. Queria, como tal, que o Governo nos esclarecesse sobre as possibilidades de apreciar então o novo alargamento da União Europeia, sobre o quadro previsível da reforma institucional e sobre as medidas tão importantes, e já aqui equacionadas, de aprofundamento da Estratégia de Lisboa. Pergunto-o porque, naturalmente, as questões da União Europeia têm a ver com o crescimento e com o aprofundamento das suas condições institucionais e de implantação.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alberto Martins, a Europa precisava deste acordo. É absolutamente claro para todos os que acompanham o desenvolvimento do projecto europeu que a Europa pagaria um preço muito elevado se desta Cimeira não tivesse resultado um acordo. A confiança no desenvolvimento do projecto europeu não é elevada e a Europa não se podia dar ao luxo de mais um fracasso.

Este acordo, naturalmente, fica aquém daquilo que era a esperança de muitos a seguir ao alargamento, já que a Europa tem agora novas tarefas e responsabilidades e isso deveria conduzir a um orçamento mais elevado. O orçamento não será o melhor para a Europa, é certo e já o disse, mas tem também em si uma possibilidade de revisão que devemos aproveitar na altura certa.

De facto, está previsto para 2008 que os dois maiores anacronismos deste orçamento possam ser revistos em função de um relatório da Comissão. Estes dois maiores anacronismos são o significado do *rebate* inglês e a PAC (Política Agrícola Comum). São duas áreas do orçamento comunitário que têm muito peso e que devem ser revistos à luz dos bons critérios de justiça, mas também do desenvolvimento da economia europeia.

Quero lembrar também que o que sempre foi considerado por Portugal como absolutamente essencial neste orçamento comunitário, isto é, as políticas de coesão, de desenvolvimento rural e a Agenda de Lisboa, consta deste acordo e temos, portanto, motivos para ficar satisfeitos porque nenhuma destas áreas foi menorizada. Refiro-me em particular às políticas de coesão. Há muito quem critique as políticas do passado — e eu estarei também nesse conjunto de pessoas —, mas elas não são todas iguais; umas falharam, estão nitidamente desactualizadas, não produzem resultados, mas outras políticas do passado devem perdurar pela simples razão de que resultaram, de que tiveram efeitos benéficos na Europa.

Uma dessas políticas foi, sem dúvida, a de coesão, que produziu bons resultados para a Europa, não apenas para aqueles que beneficiaram das destas políticas mais directamente, como a Espanha, Portugal, a Grécia e a Irlanda, mas principalmente para a economia europeia. Foram políticas que resultaram e que, portanto, devem continuar!

Sr. Deputado, quanto ao alargamento, a presidência austríaca comprometeu-se a apresentar um relatório sobre as fronteiras da União, pelo qual esperamos para reflectirmos sobre esse tema. Mas o que tem de ficar claro a partir de agora é que não podemos dar mais qualquer passo sem assumirmos em pleno que isso acarreta uma responsabilidade e que deve corresponder também a um aumento do orçamento para fazer face a esse passo. É porque o pior que pode acontecer a uma instituição é entregar-se apenas à retórica política de quem quer dar resposta a tudo com as palavras e, depois, quando chega o momento de agir, está muito aquém das suas palavras. Desejo que isso não aconteça com a Europa!

Para além da discussão sobre a Europa, da presidência portuguesa, da necessidade de reatarmos no nosso país um debate sobre o Tratado da Constituição Europeia, que foi, aliás, deliberado no penúltimo Conselho Europeu, julgo que um dos temas mais importantes que temos para discutir é a aplicação dos recursos financeiros deste envelope das perspectivas financeiras do nosso país. Este é um tema da maior urgência que deve ser prioritário na agenda dos partidos que têm consciência do que isso significa para nós: significa uma nova oportunidade, é certo, mas significa também que temos de adaptar a gestão dos fundos e a aplicação dos mesmos em função das novas realidades e necessidades de desenvolvimento para o nosso país.

Em primeiro lugar, sobre a gestão dos fundos, o Governo já disse quais eram as duas palavras-chave. É preciso concentrar os programas para permitir uma maior capacidade de escolher, para permitir que possamos apoiar bons projectos, e só bons projectos, e não termos uma prioridade que signifique apenas aplicar o dinheiro sem critério relativamente à qualidade do investimento, estando apenas preocupados com o nível da sua execução. Isso deve acabar no próximo quadro comunitário de apoio. O único critério para a aplicação dos fundos não pode ser o da quantidade de aplicação, tem de ser o da qualidade deste investimento!

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O Orador: — Concluo, Sr. Presidente, para lembrar também que temos de ser mais exigentes na selectividade dos projectos. A partir de agora só podemos apoiar projectos com uma escala, com uma dimensão e com um estudo que dê claramente aos portugueses a ideia de que esses projectos podem fazer mudar a nossa economia, podem melhorar os indicadores de competitividade, podem, no fundo, ajudar a melhorar a situação económica do País.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para replicar, tem a palavra, por 3 minutos, o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, continuo no tema que agora acabou por enunciar e aprofundar, que é o da concentração e selectividade na aplicação dos fundos da União Europeia, decorrendo, aliás, das suas palavras, um juízo de apreciação sobre a aplicação dos fundos que foi feita no passado, no quadro comunitário de apoio, de onde se deduz um apelo a exigências qualitativas mais apuradas.

A questão que lhe coloco, na sequência das palavras que enunciou, é a de saber quais são os procedimentos, qual é a fórmula de participação da sociedade civil e das instituições políticas, ou outras, nessa discussão pública tão importante, tão necessária, tão partilhada e, seguramente, transparente e rigorosa quanto à aplicação dos fundos estruturais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Primeiro-Ministro já enunciou os objectivos estratégicos da aplicação desses fundos e a sua dimensão qualitativa. Eu queria, agora, reportar-me à dimensão institucional do debate a que aludi.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alberto Martins, em primeiro lugar, Portugal é, dentro dos países da União Europeia a 15, um dos que pode ter orgulho nos indicadores da aplicação dos fundos.

Embora esses indicadores se refiram apenas à quantidade de execução, à *performance* na sua execução, aplicámos realmente os fundos e somos um dos países com melhores resultados. Mas devemos compreender que as exigências que se colocam hoje a Portugal são diferentes e maiores. Já não basta que tenhamos a ambição de aplicar todos os fundos. Isso não basta!! É isso que quero dizer: a nossa ambição tem de ir para além disso. Temos de aplicar os fundos, mas temos de fazê-lo bem, em projectos que mudem a realidade e a natureza da nossa situação económica. É por isso que temos de fazer um grande esforço, em primeiro lugar, para reduzir os programas operacionais. Não é possível termos um quadro comunitário de apoio com tantas gavetas estanques, porque isso leva a que se aplique o dinheiro em função das «gavetas», isto é, um bom projecto pode não ser apoiado apenas porque essa «gaveta» já está completa, enquanto um mau projecto pode ser aprovado e apoiado apenas porque ainda há dinheiro nessa «gaveta».

Portanto, é preciso darmos uma maior flexibilidade na gestão e isso faz-se concentrando os programas operacionais.

Por outro lado, está claro que queremos introduzir regras de muito maior rigor na apreciação dos projectos, fazer a avaliação custo/benefício e concentrar nos projectos estruturantes. É por isso que a regra da selectividade é absolutamente essencial.

Mas quero também que fique claro que esta discussão não se centra apenas na gestão dos fundos, já que essa gestão tem também de melhorar e evoluir, porque a nossa responsabilidade, como disse, é agora outra e a nossa ambição tem também de ser outra! Mas nas prioridades de afectação dos fundos também temos de mudar e está clara no meu discurso a prioridade deste Governo na afectação dos recursos comunitários, tal como será na afectação dos recursos nacionais, e destina-se à qualificação dos portugueses, à aposta no investimento inovador e na difusão tecnológica. É nestes sectores que vamos apostar o essencial dos recursos financeiros comunitários e nacionais, à luz do Plano Tecnológico que apresentámos, à luz da Agenda da Lisboa e à luz daquelas que sempre foram as prioridades politicamente expressas por este Governo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para fazer uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro: Antes de me referir em concreto aos resultados do Conselho Europeu do passado fim-de-semana, permita-me que o questione primeiramente em relação a uma outra questão central para os portugueses, e que já foi aqui aflorada: quando é que o Sr. Primeiro-Ministro traz a este debate mensal, uma vez que seja, o problema do desemprego e da situação económica?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ora aí está!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Há aqui uma disfunção, um curto-circuito entre as preocupações principais dos portugueses e as preocupações primeiras do Governo.

Em relação ao desemprego a situação agrava-se todos os dias. Ainda ontem tomámos conhecimento de um novo agravamento referente ao mês de Novembro.

As estatísticas do emprego do INE referentes ao terceiro trimestre do corrente ano eram já muito claras: o desemprego em termos restritos atingiu, no final de Setembro passado, a percentagem de 7,7%, ou seja, cerca de 429 000 pessoas estavam desempregadas nessa altura. São números que neste momento já estão desactualizados, de acordo com o último relatório referente a Novembro do Instituto de Emprego e Formação Profissional, que nos refere já a existência de 486 311 desempregados inscritos nos centros de emprego.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — É verdade!

O **Orador**: — Se acrescentarmos a este número os trabalhadores que, de acordo com as estatísticas de emprego do INE de Setembro, são «inactivos disponíveis para trabalhar» e «inactivos desencorajados», o número de desempregados ultrapassa os 550 000, ou seja, cerca de 10% da população activa.

Em relação à situação económica, a sua evolução é também cada vez mais preocupante, confirmando, infelizmente, as nossas previsões e tornando evidente que, a manter-se a actual política, Portugal dificilmente se libertará de um ciclo vicioso de estagnação e recessão em que há muito se deixou enredar.

Depois de o Relatório de Outono do Banco de Portugal ter vindo, novamente, a rever em baixa todos os indicadores relevantes e potenciadores do crescimento — do investimento, às exportações e ao produto interno —, o INE veio há dias confirmar a pior das previsões: Portugal pode vir a encerrar o ano de 2005 em recessão técnica.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — É verdade!

O **Orador**: — Não são boas notícias, Sr. Primeiro-Ministro, nem são previsões que credibilizem o cenário que o Governo apresenta para a evolução da situação económica portuguesa para o próximo ano.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — E não são boas notícias para os portugueses à procura de emprego, porque isto significa ainda mais desemprego.

A situação é muito grave e, na verdade, fazia todo o sentido que, depois de nove meses de tomada de posse — e nem sequer o estou a responsabilizar por todo o passado —, face à inexistência de indícios de inversão da crise, o Sr. Primeiro-Ministro reservasse um debate sobre estas matérias.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — Mas não! O Sr. Primeiro-Ministro prefere vir aqui com as perspectivas financeiras 2007-2013, com o objectivo de apresentá-las como uma espécie de troféu da sua governação, troféu esse que reparte com o governo anterior na esperança de obter os encómmios do PSD. E apresenta-os sempre como se apresentam em geral estas negociações, comparando as piores expectativas correspondentes a fasquias baixas de exigências previamente fixadas com os resultados finais, que são sempre melhores do que todas as dramatizações que, entretanto, se foram criando.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — Há aspectos positivos nas perspectivas financeiras? Claro que há, Sr. Primeiro-Ministro! A passagem de dois para três anos para a execução dos projectos, dando razão à nossa crítica — sublinho, à nossa crítica — de que a fórmula $n+2$ não era correcta, é positiva, embora seja necessário dizer que não é positivo que se aplique esta fórmula aos fundos de coesão, assim como é positiva a passagem do co-

financiamento comunitário de 80% para 85%.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Está a ver!...

O **Orador**: — Lembra-se, Sr. Primeiro-Ministro, que esta foi sempre uma proposta desta bancada em relação a esta matéria...!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Bem lembrado!

O **Orador**: — Mas os resultados globais para o País estão aquém do que era necessário e justo e do que estava previsto na Agenda 2000, porque era este o ponto de partida que se devia ter e não a proposta britânica,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — ... tendo em conta que Portugal é dos países que mais perdem com o alargamento.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Na realidade, de acordo com a informação de que dispomos, as transferências são reduzidas em mais de 10%, num momento em que Portugal enfrenta a pior das crises, com quatro anos consecutivos de divergência em relação à Europa, e quando se aponta no PEC continuar essa divergência até 2008.

O Sr. Primeiro-Ministro considera que é possível a coesão económica e social da Europa sem o reforço significativo do orçamento comunitário? Nós não, Sr. Primeiro-Ministro!! Pensamos que não é este o caminho da coesão europeia.

Mas uma outra magna questão tem de ser colocada: e como é que vai ser gasto o dinheiro que aí vem? É para a modernização e para o desenvolvimento dos nossos sectores produtivos ou é para continuar a esbanjar como, infelizmente, foi feito ao longo dos últimos 20 anos? Esta é a questão que lhe coloco.

Quer uma proposta da nossa parte? Defenda-se, desenvolva-se e modernize-se o nosso aparelho produtivo e a nossa produção nacional, a fim de permitir o nosso próprio crescimento económico.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Por último, uma outra questão que tem grande actualidade: o conflito na Autoeuropa. Trata-se de uma empresa com altos lucros, alta competitividade e alta produtividade.

Aqui há uns tempos, foi óptimo que os trabalhadores aceitassem a redução dos direitos e a contenção dos seus salários, mas agora são péssimos os trabalhadores que resolvem defender os seus direitos perante uma empresa que apresenta lucros abissais, uma empresa onde os trabalhadores portugueses ganham menos do que os seus colegas da Alemanha.

Como é quer se pode entender que venha o Ministro da Economia e da Inovação tomar partido...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — E está cá hoje!...

O **Orador**: — Isto faz-nos lembrar — ainda o Sr. Primeiro-Ministro era muito pequeno — o período antes do 25 de Abril, quando, no sistema corporativo, os sindicatos iam para uma negociação de um contrato colectivo, em que havia três árbitros, com esta ideia: vamos jogar ao campo do adversário e, ainda por cima, o árbitro está comprado.

Creio que esta declaração do Ministro da Economia e da Inovação,...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Está cá hoje!

O **Orador**: — ... usando também o argumento da chantagem e a ameaça do encerramento da empresa, não é um acto democrático, nem é um acto de quem se deve pôr ao lado de quem trabalha, dos interesses dos trabalhadores e da própria economia nacional. Gostaria de ouvir uma resposta a esta questão concreta.

Applausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, acho que V. Ex.^a não compreendeu o que está em causa, porque, se comprehendesse que o que está em causa é a boa aplicação

dos fundos comunitários agora obtidos nesta negociação, não achava este debate secundário face à economia e ao emprego.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É absolutamente essencial para o crescimento económico do País, com consequências no emprego, que discutimos agora, num momento em que temos uma estabilidade financeira nesses fundos para os próximos sete anos, em que áreas é que vamos apostar e de que forma é que nos vamos organizar para podermos apresentar um resultado melhor do que no passado relativamente à aplicação dos fundos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Este tema tem a ver com o emprego.
E o Sr. Deputado não disfarce,...

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Mas eu não estou a disfarçar, Sr. Primeiro-Ministro!

O Orador: — ... porque esta questão é absolutamente essencial para a economia e para o emprego.

Depois, o Sr. Deputado diz que eu nunca vim à Assembleia da República discutir o emprego!? Então, o que é que o Sr. Deputado acha da discussão que aqui tivemos a propósito do Programa Novas Oportunidades?! Daquilo que representa a principal aposta do Governo na qualificação do portugueses?!

Como é que o Sr. Deputado acha que se combate o desemprego? Pois, eu digo-lhe, Sr. Deputado, é apostando na qualificação dos portugueses e introduzindo uma melhor capacidade para melhorarmos as competências de todos os trabalhadores que já estão a trabalhar e de todos aqueles que se preparam para entrar no mercado de trabalho. É assim que se combate o desemprego. E foi isso que viemos aqui fazer quando apresentámos o nosso Programa Novas Oportunidades. Porque não há alternativa a isso!

Todos sabemos que aqueles que têm menos qualificação têm mais possibilidades de cair no desemprego; todos sabemos que, com mais qualificações, se tem uma maior segurança no emprego e, mais do que isso, se tem melhores salários. É por isso que, se queremos um futuro para a nossa economia, com menos desemprego e melhor salários, a única possibilidade que temos é investir fortemente na qualificação e no reforço das competências dos trabalhadores portugueses. Foi isso que vim aqui fazer há bem poucos meses.

Não tem, portanto, razão quando diz que o Governo não dá importância a esses temas. Ao contrário, temos feito não apenas do tema das novas oportunidades um dos temas centrais da actividade do Governo como também apresentámos recentemente o nosso Plano Nacional de Emprego.

Sr. Deputado, quero também dizer-lhe seguinte: Portugal é um dos países a 15 que vai continuar a receber mais verbas para a coesão. É justo que seja assim? Pois é!, mas nas primeiras propostas apresentadas isso não acontecia.

E quero recordar que tudo isto começou com uma carta dos seis propondo um tecto orçamental de 1%, que implicava um corte nos fundos de coesão, ou melhor, nos fundos estruturais da coesão para Portugal de cerca de 40%. E, como eu disse, quando nós chegámos ao Governo, a proposta luxemburguesa, a *negotiating box* que estava em cima da mesa, previa apenas 17 000 milhões de euros para a coesão em Portugal. E nós somos um dos países a 25, de todos os países, que tem uma intensidade de recursos da coesão *per capita*... Realmente, todos aqueles que olham com objectividade para este resultado, podem verificar que Portugal é um recebedor líquido da União Europeia, e é justo que assim seja, mas a verdade é que essa justiça não era reconhecida nas propostas anteriores.

Tomo nota de que a única coisa que o Sr. Deputado foi capaz de dizer relativamente aos fundos comunitários e ao próximo quadro comunitário de apoio foi o seguinte: «Sr. Primeiro-Ministro, desenvolva-se o nosso aparelho produtivo». Ó Sr. Deputado, deve reconhecer que é um bocadinho vago, mas talvez possa aproveitar os próximos 3 minutos para concretizar um pouco mais.

Mas dir-lhe-ei, Sr. Deputado, porque aqui não pode haver hesitações, que o desenvolvimento do nosso aparelho produtivo tem de ser dirigido para aquele aparelho produtivo que dá emprego de qualidade, que quer apostar na nova economia global e competir nos segmentos de maior intensidade tecnológica e de maior capacitação. É aí que temos de fazer um esforço. E também temos de fazer um esforço naquilo que diz respeito à inovação e à capacitação do aparelho produtivo com base tecnológica. Também aí temos de fazer esse esforço de grande intensidade.

Finalmente, quanto aos trabalhadores da Autoeuropa, quero dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado: eu desejo, como qualquer membro do Governo, que haja um entendimento entre a administração e os trabalhadores,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas o Ministro da Economia pôs-se ao lado da administração!

O Orador: — ... porque, se não houver esse entendimento, isso será negativo para a Autoeuropa, para

os trabalhadores e também para o País.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Mas ele acusou os trabalhadores!

O **Orador**: — Também espero ouvi-lo dizer que deseja que cheguem a um acordo. Esta é a nossa posição.

Estamos preocupados com a situação, mas devo dizer-lhe que tenho a certeza de que o bom-senso vai imperar e que se vai chegar a um acordo entre a Administração da Autoeuropa e os trabalhadores, porque confio na negociação, e tenho a certeza de que esta negociação vai ser orientada de acordo com os interesses da empresa e dos trabalhadores. É porque os interesses da empresa e dos trabalhadores são convergentes quanto ao seguinte: a Autoeuropa está a competir na sua fabricação por novos produtos, por novos carros, e tenho a certeza de que nenhum trabalhador responsável nem nenhum administrador responsável deixará de ter isto em mente.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para replicar, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, de facto, tem-se discutido aqui, na Assembleia, em termos de políticas estruturais e no plano da política económica, mas aquilo que coloquei aqui foi a necessidade, tendo em conta o agravamento da situação do emprego em Portugal, de se discutir não apenas isso mas também as inquietações, os apelos e aquilo que nos chega directamente no contacto com tantos desempregados, que não encontram saída para o seu futuro. Creio que o Governo deve entender isto como uma questão fundamental e não deve isolar-se aqui apenas nesta discussão mais ou menos macro sobre as questões económicas, mas antes ir aos problemas concretos para encontrar soluções concretas.

Como é que nós fazemos isto? Fez-me perguntas concretas e eu vou responder-lhe: olhe, Sr. Primeiro-Ministro, eu não teria a obsessão do défice como o senhor tem, procuraria combater outros défices, designadamente o défice energético, o défice tecnológico e o défice agro-alimentar, que hoje nos torna cada vez mais dependentes.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Mas há outra diferença entre a sua opinião e a minha: é que eu parto do pressuposto da necessidade de defendermos o que temos, modernizando, e o senhor nunca tem uma palavra em relação à agricultura, às nossas pescas, à nossa indústria e àquilo que temos, e hoje muitas das empresas estão com a «corda na garganta». Nunca existe uma palavra de incentivo, de prospectiva, por parte deste Governo do PS.

Vozes do PCP: — Exactamente!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — É exactamente isso!

O **Orador**: — Depois, em relação ao acordo da Autoeuropa, dir-lhe-ei que todos estamos de acordo com isso. Uma negociação é sempre um compromisso entre as partes. É sempre um compromisso. O problema é que, num quadro em que há uma parte mais poderosa que procura impor à outra medidas de restrição nos seus direitos e nos seus salários, aparece uma terceira figura, aparece o Governo, que deveria procurar... Estou de acordo quanto à resolução do conflito, mas o Sr. Ministro da Economia e da Inovação tomou partido,...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — ... colocou-se ao lado do argumento da administração, dizendo: «Ou vocês cedem ou a empresa corre o risco de encerrar».

Vozes do PCP: — Exactamente!

O **Orador**: — Isto não é argumento de negociação, isto não é argumento que valha num processo, em que, com certeza, se deve chegar a acordo, mas não a um acordo com estas ajudas espúrias de um Governo, que, mais uma vez, claramente se põe do lado dos poderosos contra os trabalhadores.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, a retórica, para ser eficaz,...

Protestos do Deputado do PCP Jerónimo de Sousa.

Um momento, Sr. Deputado! Oiça, com atenção: a retórica, para ser eficaz, precisa de oportunidade. E quanto a essa retórica da agricultura, desculpe que lho diga, Sr. Deputado, o senhor escolheu o pior dia para falar da agricultura. Neste mesmo momento, o Sr. Ministro da Agricultura está em Bruxelas a defender as pescas em Portugal...

Vozes do PCP: — Vamos ver amanhã!

O **Orador**: — ... e a rejeitar todas as propostas da Comissão que prevêem a redução de capturas.

Mas o Sr. Deputado tem de reconhecer que, nas últimas semanas, a única coisa que o Governo português fez, em Bruxelas, foi defender os interesses da agricultura portuguesa,...

Vozes do PS: — Exacto!

O **Orador**: — ... assegurando que as verbas para o desenvolvimento rural eram as mesmas que estavam previstas no acordo de Luxemburgo.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Ah!...

O **Orador**: — O Sr. Deputado diz «ah!», com espanto. Não sabia?... Pois, é verdade, Sr. Deputado.

Vozes do PCP: — E a Agenda 2000?

O **Orador**: — Mas quero também lembrar-lhe o seguinte, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa: ao nível europeu, em 1999, pela primeira vez, um Conselho Europeu reconheceu, embora só de forma retórica, a especificidade da agricultura portuguesa; depois, mais tarde, em 2003, foi também confirmado. Mas, agora, e finalmente, não só foi confirmada pela segunda vez como, pela primeira vez, tivemos uma expressão concreta de um apoio suplementar em função dessa especificidade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — É, portanto, o pior dia para falar de agricultura.

Risos do PCP.

Depois, o Sr. Deputado...

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Não ouça os grandes, ouça os pequenos!

O **Orador**: — Sr. Deputado, também o ouço com atenção, como sabe. Nem sempre com prazer, mas ouço-o com atenção, e também quero que me ouça com atenção, para ouvir isto também: o Governo não tomou qualquer partido na matéria que diz respeito à Ford/Volkswagen. Porque se o Sr. Deputado quer dizer que o Governo tomou partido, então, pode dizer-se que o Governo tomou partido pela administração e pela comissão de trabalhadores.

Vozes do PS: — Muito bem!

Vozes do PCP: — E a Agenda 2000?

O **Orador**: — O Sr. Deputado Jerónimo de Sousa sabe o que é a comissão de trabalhadores e qual é a proposta da comissão de trabalhadores: é a de que se chegue a um acordo. E o que o Governo deseja é que haja um acordo.

Já agora, o Sr. Deputado perdeu a segunda oportunidade para dizer que também defende um compromisso, porque «compromisso» é palavra que entra pouco no vosso vocabulário. Mas o compromisso é muito importante, porque só assim defenderemos os interesses nacionais, os interesses dos trabalhadores e

também os interesses da empresa.

Depois, finalmente, Sr. Deputado, quero também recordar-lhe o seguinte: o que nós devemos debater aqui é a forma de responder aos problemas, é a forma de resolver os problemas. O que devemos debater aqui é a questão de saber quais são os programas do Governo para responder aos problemas do desemprego, aos problemas da estagnação económica. É isto o que devemos fazer.

Não devemos vir para aqui, apenas, repetir que as coisas estão mal. Nós sabemos que as coisas estão mal. Herdámos uma situação muito difícil, mas eu não quero fazer o retrato e o diagnóstico, mais uma vez, da «pesada herança». Este Governo está aqui para responder aos problemas e, em quatro anos, vamos responder aos problemas.

Quero recordar-lhe, Sr. Deputado, que, apesar de tudo, reconheço que, no que diz respeito ao desemprego, as coisas não estão nada bem. Estou muito preocupado com isso. Mas a verdade é que se compararmos este último ano com os anos de 2002 e 2003, veremos que a variação homóloga, em termos do crescimento do desemprego é já muito baixa.

Já repeti, ali, ao Sr. Deputado Marques Mendes, e tenho de repetir a si também, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, que o número de desempregados registados em Fevereiro era superior ao número de desempregados registados em Novembro. Isto são dados de facto.

Por outro lado, também gostaria que o Sr. Deputado tomasse nota de que a verdade é que, nos últimos meses, têm subido as ofertas de emprego, o que é uma esperança e é um bom sinal.

O Sr. **Presidente**: — Agradeço que conclua, Sr. Primeiro-Ministro.

O **Orador**: — Concluo, Sr. Presidente, dizendo que por outro lado, ainda, os dados dizem com clareza que a economia portuguesa tem gerado mais emprego; chegam é mais pessoas ao mercado de trabalho, e é por isso que a taxa de desemprego tem evoluído.

Protestos do PCP.

Há uma diferença: é que, no passado, o desemprego aumentava, não aumentando a população activa, aumentando só o número de desempregados. Agora, aumenta o número de desempregados porque há novos a chegar e a economia não está ainda a produzir os empregos suficientes para absorver essa nova força de trabalho.

Tenho, portanto, esperança de que as medidas que estamos a tomar que a recuperação da economia vá resolver e baixar a taxa de desemprego. Mas como o Sr. Deputado sabe, isto não se resolve num dia, nem em meses. É preciso esperarmos pelos resultados dessas políticas. E eu tenho bem confiança em que, agora, como já duas vezes no passado, o Partido Socialista foi chamado ao Governo para resolver estes problemas e vai resolvê-los.

Aplausos do PS.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — É preciso ter «lata»!

O Sr. **Presidente**: — Para fazer uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, gostava de começar por felicitá-lo por um bom acordo no que concretamente diz respeito ao tema que aqui hoje nos traz, um acordo que é o resultado de um trabalho conjunto de vários governos — deste, dos dois governos anteriores —,...

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Exactamente!

Protestos do PCP.

O **Orador**: — É um trabalho também da própria Comissão Europeia, é um trabalho da diplomacia, é um trabalho, até dos próprios funcionários da Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER), poucas vezes lembrados. Não é certamente um trabalho do Partido Comunista Português, que parece estar tão nervoso com esta intervenção.

Nesta parte quero, por isso, felicitá-lo, sendo que, para que não julgue que não o vamos questionar sobre isto, o Eng.º Miguel Anacoreta Correia, a seu tempo e numa segunda ronda, terá oportunidade de colocar-lhe várias questões.

Agora, Sr. Primeiro-Ministro, tenho de questioná-lo, para já, sobre o plano tecnológico, porque na audição da manhã, na Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, o Ministro Manuel Pinho, pessoa com quem, de resto, até simpatizo, na verdade não foi capaz de nos esclarecer minimamente, e é pena porque, de outro modo, ter-me-ia deixado aqui tempo para outros temas. E a oportu-

tunidade política para esclarecer estas questões é hoje, não é daqui a um mês, não é em Janeiro, é hoje.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Faça favor!

O **Orador**: — Por isso, tenho de interpelá-lo, Sr. Primeiro-Ministro, porque o choque tecnológico foi uma bandeira sua, em campanha eleitoral, enquanto Secretário-Geral do Partido Socialista.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Estamos todos chocados!

O **Orador**: — Depois disso, o Plano Tecnológico foi o desígnio de Governo.

O que é que temos visto, Sr. Primeiro-Ministro? O Sr. Primeiro-Ministro deu cinco anos como efeito útil para a concretização deste Plano, para nos aproximarmos dos países da União Europeia ou, pelo menos, dos seus índices de competitividade. Anunciou o Prof. José Tavares como o rosto do Plano Tecnológico, como a pessoa que o concretizaria, como uma pessoa capaz, cujos currículos foram distribuídos abundantemente.

Mas o que é que aconteceu? O Prof. José Tavares, o primeiro coordenador do Plano, demitiu-se. E demitiu-se por que razão? Demitiu-se em discordância com o Governo, como o próprio afirmou.

Depois, soubemos pela comunicação social de discordâncias entre o Ministro Mariano Gago e o Ministro Manuel Pinho, desde logo sobre a tutela do Plano.

Entretanto — e o CDS, preocupado que estava, apresentou um requerimento na Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional para audição sobre esta matéria —, o que é que soubemos? Soubemos que fora nomeado o Dr. Lebre de Freitas como novo coordenador. E, a este propósito, lembro o que disse o Sr. Ministro Manuel Pinho de Miguel Lebre de Freitas: «um economista brilhante, que eu trouxe para o Gabinete de Estudos e Estratégia», por este ser «um homem com grande talento para a concretização», repito, «para a concretização».

Só que, imagine-se, este «concretizador», Sr. Primeiro-Ministro, durou três semanas, porque, entretanto, houve que nomear o Dr. Carlos Zorrinho como terceiro coordenador e, pasme-se, o argumento do Dr. Carlos Zorrinho foi o de que a sua nomeação teve que ver exactamente com a concretização, porque os anteriores serviram para a elaboração do Plano e ele é que era o 'concretizador'! Afinal, o 'concretizador' já não era o Dr. Lebre de Freitas mas, ele próprio, o Dr. Carlos Zorrinho!

No meio disto tudo, Sr. Primeiro-Ministro, ficam muitas questões — desde logo, estas cujas respostas não foram dadas pelo Sr. Ministro, a menos que as queira dar agora, se o Sr. Primeiro-Ministro lhe der essa oportunidade — em relação às quais interpelo-o muito objectivamente.

Primeira questão: Sr. Primeiro-Ministro, por que razão se demitiu o Prof. José Tavares? Segunda questão: por que razão é que o Dr. Lebre de Freitas foi nomeado por três semanas, o que, convenhamos, é um pouco ridículo? Por que razão é que, tendo sido tão louvado e elogiado pelo Dr. Manuel Pinho, foi substituído pelo Dr. Carlos Zorrinho?

Já agora, Sr. Primeiro-Ministro, já que falamos do Plano Tecnológico, como é que explica que, para além da grande conflituosidade que vem caracterizando a relação entre o Ministério da Justiça e os principais profissionais judiciários deste país, a Associação Sindical dos Juízes Portugueses tenha pedido à Microsoft para desenvolver um sistema tecnológico integrado para os tribunais, tendo, inclusivamente, convidado um representante da Microsoft para o VII Congresso dos Juízes Portugueses, realizado no mês passado?!

Sr. Primeiro-Ministro, como é suposto acreditar num Plano Tecnológico quando, numa área fundamental como a da justiça, o Governo nem sequer consegue garantir o cumprimento das atribuições do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, criado com a reformulação da lei orgânica do Ministério da Justiça?!

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Ou seja, comprehende-se que sejam os próprios juízes a recorrer à Microsoft para garantir a prestação de um serviço a que o Governo está obrigado através deste Instituto?! Não se comprehende. Mas acontece! E foi um anúncio feito no último congresso dos juízes portugueses.

O Sr. Primeiro-Ministro está a fazer uma cara de surpresa, mas olhe que isto foi anunciado e, inclusivamente, foi notícia de telejornal. Daí, nesta oportunidade, a questão que lhe coloco.

Gostava de falar mais sobre a justiça em Portugal, mas não disponho de tempo para lhe perguntar sobre tudo aquilo que falta fazer na justiça. Para além da questão da descriminalização dos cheques até, salvo erro, 150 € e da questão das férias judiciais que o Sr. Primeiro-Ministro, e mal!, confundiu com as férias dos magistrados, onde está tudo o resto que falta fazer na justiça e que não existe?!

Sr. Primeiro-Ministro, vou passar agora à questão da Ota. Na última vez em que o Sr. Primeiro-Ministro aqui esteve, distribuiu-nos um CD — e eu, a propósito disso, quero fazer-lhe um pedido e colocar-lhe uma questão — e disse-nos que nele constavam os estudos do Governo sobre a Ota. Ora, nós vimos o CD, analisámo-lo com muito cuidado e chegámos à conclusão de que só pode ser um primeiro volume de uma qualquer colectânea que o Governo tem. Daí o pedido que lhe faço é o de que envie o outro volume da

colectânea para que tenhamos acesso a todos os pareceres.

Isto porque deste CD que o Sr. Primeiro-Ministro nos enviou — que, de resto, aqui anunciou mediaticamente e fez distribuir com muita graça, devo dizer-lhe —, a verdade é que falta, por exemplo, um estudo, anunciado no Verão pelos Ministérios da Economia e das Obras Públicas, sobre a viabilidade da solução Portela, com recurso também ao Montijo, Alverca ou Figo Maduro. Falta-nos o estudo, que existe, sobre os efeitos da deslocalização da Portela em relação ao turismo — não consta deste CD. Falta-nos um estudo encomendado à Roland Berger pelo Dr. Jorge Coelho que, à data, era ministro das Obras Públicas; tem sido citado abundantemente, mas também não o temos, nem consta deste CD, Sr. Primeiro-Ministro. Faltam-nos todos os outros estudos que constam de um comunicado recente, desta semana, da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento dos Transportes Ferroviários (ADFER), que, como sabe, é uma associação de estudos ferroviários, sobre este assunto e que também não constam deste CD.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, este CD deverá ser, certamente, um primeiro volume de uma colectânea, pelo que lhe pedia que nos enviasse os outros...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de concluir, Sr. Deputado.

O **Orador**: — ... e se, por acaso, não os tiver, tenho muito gosto, já que estamos em época do Natal, em oferecer-lhe este CD, que por acaso está em branco, onde poderá gravar esses estudos para que os possamos considerar.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — E, se me permitir, Sr. Presidente, porque estamos em época de eleições presidenciais e os ditos estudos de opinião, curiosamente, têm avançado com o nome do Prof. Cavaco Silva como estando em melhores condições de ganhar as eleições, muito embora só depois de contados os votos se saiba, quero lembrar que o Prof. Cavaco Silva — muito embora, em relação ao Dr. Mário Soares, também já lhe tenhamos ouvido muitas discordâncias sobre a Ota — avisou nesta semana, numa entrevista à Rádio Renascença (e vou citar a imprensa para não incorrer em erros) que tem grandes dúvidas sobre a Ota. Cito: «'Não percebo como se chegou até aqui', afirmou o candidato presidencial, sublinhando, no dia em que José Sócrates fez o anúncio, que ainda não se conhecem todos os estudos sobre o impacto social e económico do projecto.»

E, mais, o Prof. Cavaco Silva ironizou...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, agradeço que conclua, porque já excedeu em muito o tempo de que dispunha.

O **Orador**: — Vou mesmo concluir, Sr. Presidente.

Mas, dizia eu, o Prof. Cavaco Silva ironizou: «Como ainda falta muito tempo, ainda haverá muitas conversas de quinta-feira sobre a Ota entre o Primeiro-Ministro e o próximo Presidente da República».

A questão que lhe coloco, Sr. Primeiro-Ministro, é esta: tendo em conta esta provável eleição, V. Ex.^a está disposto a não considerar o processo encerrado e, nomeadamente, nessas conversas de quinta-feira com o futuro Presidente da República, a reconsiderá-lo? Esta pergunta tanto vale sendo eleito o Prof. Cavaco Silva como qualquer outro.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Melo, começo também por observar que, relativamente ao tema «como aplicar os fundos comunitários», o Sr. Deputado também não foi capaz de apresentar...

Protestos do CDS-PP.

Depois, a bancada do CDS referiu-se-a isso. Fico à espera que a bancada do CDS tenha uma perspectiva sobre essa matéria.

Mas o Sr. Deputado quer discutir o Plano Tecnológico. Tenho o maior gosto em discutir consigo o Plano Tecnológico. Isto porque, em primeiro lugar — e o Sr. Deputado desculpar-me-á a imodéstia —, este Plano foi a ideia política mais inovadora e mais mobilizadora que, nos últimos anos, foi trazida a Portugal.

Vozes do CDS-PP: — Ah!

O Orador: — Refiro-me ao Plano como ideia política! É certo que nada disto se poderá considerar inovador, mas é inovador na política, porque, verdadeiramente, a missão de um político é a de transferir para a sociedade o pensamento dos especialistas e dizer à sociedade portuguesa que é absolutamente essencial, nos próximos anos, para preparar Portugal para o seu desenvolvimento e para uma melhor competitividade na economia global, concentrar os nossos investimentos na inovação, na tecnologia e nas políticas do conhecimento. Isso significa uma estratégia, uma orientação, um rumo e uma proposta política, que não é apenas para o Estado. É que o Plano Tecnológico não se destina a ser aplicado apenas no Estado, ao Estado competirá marcar a orientação e o ritmo, é também um desafio à sociedade, às empresas e às famílias, para que também elas dêem uma prioridade a estes domínios, para que as empresas apostem mais em inovação, para que as famílias considerem mais os investimentos na educação. O que desejamos é que a esta ideia do Plano Tecnológico haja uma adesão de toda a sociedade portuguesa a fim de, em conjunto, nos preparamos para o futuro.

Além disso, Sr. Deputado, a ideia de que o Plano Tecnológico começa agora com a apresentação do documento é errada. Eu já disse isto várias vezes, mas vou repetir e enunciar algumas medidas que o Governo tomou no âmbito do Plano Tecnológico, porque não esteve à espera de elaborar de forma coerente o Plano para as aplicar.

O Sr. Deputado lembra-se, com certeza, que foi este Governo que repôs os incentivos fiscais à investigação e ao desenvolvimento por parte das empresas; que foi este Governo que desenvolveu, também como uma peça fundamental para a competitividade e para a promoção do conhecimento, o Inglês no ensino básico; que foi este Governo que lançou o programa Novas Oportunidades, que está em desenvolvimento; o Sr. Deputado sabe que já instalámos um Centro de Reconhecimento, Validação... Ó Sr. Deputado, o riso, às vezes, só disfarça a ignorância, nada mais!

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Não é riso, é tosse!

O Orador: — Bom, vou tentar provar ao Sr. Deputado que tudo isto está em marcha.

Fizemos um acordo com a Portugal Telecom para instalarmos um Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e para se formarem, nessa empresa, milhares de trabalhadores da Portugal Telecom que não têm ainda o 12.º ano. Isto é uma nova atitude e uma nova política! Nós não ficamos à espera que venham ter connosco para obter formação, não. Nós vamos ao encontro das principais empresas para que as mesmas possam ter uma nova oportunidade e damos também uma nova oportunidade àqueles que já estão a trabalhar, que se arrependem de ter saído precocemente da escola e que querem melhorar a sua qualificação.

Igualmente na área tecnológica, desenvolvemos e apresentámos um plano relativo à banda larga, cujos principais objectivos vão vencer-se já no final deste ano, estando, por exemplo, todas as escolas ligadas por banda larga.

O Sr. Deputado, certamente, ouviu falar na reorientação das verbas do Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME), que agora se destina, fundamentalmente, a relançar o empreendedorismo e a inovação; nos programas Inov Jovem e Inov Contacto, que são um sucesso de adesão não apenas por parte dos jovens mas também por parte das empresas; no concurso para as centrais eólicas; nas mudanças que queremos introduzir no perfil energético português.

Tudo isto é o Plano Tecnológico, que está em marcha há muito tempo.

Mas o Sr. Deputado, verdadeiramente, não quer discutir o Plano, quer, sim, discutir episódios à volta do Plano. Sr. Deputado, desculpe, mas penso que este assunto merece que se vá um pouco mais fundo.

No que diz respeito à justiça, devo dizer que vários dos projectos mais inovadores e tecnológicos são para aplicar, justamente, na área da justiça, e um deles é o da desmaterialização dos processos, um dos nossos projectos prioritários para melhorar os custos de contexto que hoje se colocam às empresas, e, a muito breve prazo, também teremos ocasião de falar disso.

Sr. Deputado, mais uma vez, tinha de vir com a questão do novo aeroporto da Ota. Sr. Deputado, entrei em um CD que contém um resumo de quase 30 anos de estudos sobre a Ota. Mas o Sr. Deputado, certamente, sabe ir à Internet (se calhar, outros não sabem, mas o Sr. Deputado sabe) e aí poderá consultar todos os estudos que foram realizados, que estão na página da empresa que tem essa responsabilidade.

Mas o Sr. Deputado também deveria saber que, além desse CD, há um outro, muito importante, que foi distribuído na sessão de apresentação do projecto do novo aeroporto da Ota, com os novos estudos que este Governo realizou, já depois da apresentação do Programa de Investimentos em Infra-estruturas Prioritárias,...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Depois de tomarem a decisão!

O Orador: — ... em que colocou três perguntas aos consultores internacionais.

Primeira pergunta: é ou não verdade que até 2015 teremos um problema sério de operacionalidade com a Portela, que ela está esgotada a muito curto prazo? Resposta dos especialistas: é verdade!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O **Orador**: — Sr. Presidente, antes de terminar, gostava de fazer o elenco destes novos projectos muito importantes para que, de uma vez por todas, termine a ideia de ausência de projectos.

Segunda pergunta feita aos especialistas: é possível manter a Portela com outro aeródromo adjacente? Resposta: Não. Isso seria mau do ponto de vista económico, isso não seria competitivo, isso não é possível realizar também por razões de operacionalidade com o tráfego aéreo.

Terceira pergunta: a Ota é a melhor solução? Resposta: sim.

Verdadeiramente, o que está aqui a faltar aos adversários da Ota é apresentarem também os seus estudos. Em que estudos é que o Sr. Deputado se baseia para ser contra a Ota?

Olhe, Sr. Deputado, vou dizer-lhe o que sinto. O que sinto, verdadeiramente, é que, na sua bancada, os senhores não estão contra a Ota mas, isso sim, contra o Governo e, estando contra o Governo, estão contra tudo o que ele apresenta! Os senhores, verdadeiramente, não querem ouvir! Se quer ter uma discussão séria, apresente, se faz favor, os seus estudos!

Aplausos do PS.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Veja lá que até estamos a favor do TGV!

O Sr. **Presidente**: — Para exercer o direito de réplica, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, gostava de salientar, para começo de conversa, que V. Ex.^a, de cinco questões, respondeu a uma, o que transforma aquilo que é suposto ser um debate numa conversa de surdos. E, quando se fazem cinco perguntas a um Primeiro-Ministro que está aqui para responder e este responde a uma, questiono o que é que aqui temos, se é um exercício de «faz de conta», porque isso tira muita razão de ser ao nosso trabalho.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Trabalho...

O Sr. **Diogo Feio** (CDS-PP): — Também já o fez!

O **Orador**: — É suposto o Sr. Primeiro-Ministro, quando aqui vem, esclarecer-nos e responder às nossas questões — ponto final! — e não às que gostaria que lhe colocássemos, porque para isso está aqui o Partido Socialista!

Nós também estamos aqui para fazer oposição. E há uma coisa que se chama Estatuto do Direito de Oposição, que V. Ex.^a deveria respeitar, Sr. Primeiro-Ministro!

Em relação à única pergunta a que respondeu, e vagamente, sobre a Ota, queria dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que percebemos, finalmente, o que continha aquele CD! Continha um estudo sobre os pareceres favoráveis ao Governo,....

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Era um resumo!

O **Orador**: — ... portanto, faltavam todos os outros! Era um resumo!

Finalmente, o parecer que cita como tendo sido pedido pelo Governo é o que foi encomendado na sequência da decisão que já tinha tomado e anunciado, o qual, por conseguinte, é feito à *la carte*, a pedido! Já não estávamos à espera que tivesse outro resultado, Sr. Primeiro-Ministro!

Mas, passando à frente, queria colocar-lhe uma outra questão, que tem que ver, Sr. Primeiro-Ministro, com mais uma extraordinária entrevista do Secretário de Estado...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Já não quer falar mais sobre a Ota?!

O **Orador**: — Eu quero falar sobre imensas coisas, mas, principalmente, sobre aquilo que quero e não, note bem, sobre aquilo que o Sr. Primeiro-Ministro quer!...

Quero falar sobre uma entrevista extraordinária, dada pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Jorge Lacão, na qual afirmou que o Governo pretende agora alterar a legislação sobre a prostituição. Disse o Sr. Secretário de Estado que já tinham sido ouvidas pessoas, também candidatos presidenciais, etc. Ora, é importante que se saiba o que V. Ex.^a pensa. Porquê? Porque V. Ex.^a é o Primeiro-Ministro e o Secretário de Estado Jorge Lacão é isso mesmo, é um Secretário de Estado, portanto, é tutelado por V. Ex.^a. Muito embora tenhamos ouvido a opinião de todos os partidos, não ouvimos a opinião da bancada do Partido Socialista, nem aquilo que pensa o Governo. E isso é importante porque, nomeadamente, os Deputados da JS, num manifesto que apresentaram, e ao qual aderiu inicialmente o Dr. Mário

Soares, muito embora agora tenha dado o dito por não dito, afirmaram, a este propósito, que pretendem legalizar a prostituição em Portugal. Até vou citar, para não haver engano: «pretendem um enquadramento legal que proteja as mulheres e homens que se prostituem e, desde logo, defender os seus direitos e o combate à sua exclusão» — é isto que defende a JS.

Porque sabemos da adesão do candidato Mário Soares, que V. Ex.^a apoia, a este manifesto, porque sabemos a opinião da JS, mas não conhecemos a da bancada do Partido Socialista e muito menos a do Governo, V. Ex.^a muito útil seria ao País se nos pudesse adiantar qualquer coisa.

É que é uma questão de modelo do País que aqui está em causa. Está em causa saber se vamos ter um modelo do tipo holandês, com prostitutas em montras, se vamos ter um modelo do tipo sueco, com a penalização dos clientes, se vamos ter um modelo do tipo alemão. Sobre isso, V. Ex.^a terá alguma ideia ou então o Secretário de Estado Jorge Lacão não teria dado a entrevista que deu. É uma questão importante, que V. Ex.^a, certamente, esclarecerá.

Por último, vou colocar uma questão que nos preocupa muitíssimo, que tem que ver com o aumento das taxas de juro e com o endividamento das famílias. Sabemos que o Banco Central Europeu anunciou o aumento das taxas de juro de referência para a zona euro e que, como consequência, os bancos começaram a aumentá-las. Ora bem, os dados do Banco de Portugal indicam, preocupantemente, que as famílias já têm um nível de endividamento insustentável e que o mesmo aumentará, este ano, para cerca de 118% do rendimento disponível das famílias.

Tendo em conta as consequências deste aumento das taxas de juro, porque ele afecta as famílias, as empresas, que diminuem a sua liquidez e a sua capacidade de investimento, e, consequentemente, a própria economia, e já que alguns estudos vão sendo anunciados, pergunto se V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, e o Governo, nomeadamente o Ministro da Economia, que sobre essa matéria ainda não o ouvimos dizer seja o que for,...

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Anda sempre a estudar!

O **Orador**: — ... e o Ministro das Finanças, têm algum estudo concreto sobre esta matéria, ou seja, se têm alguma noção do impacto do aumento das taxas de juro sobre o sobreendividamento das famílias, que já é exageradíssimo. Recordo que, por exemplo, o gabinete específico da DECO registou um aumento de 257% das consultas para apoio jurídico com razão no sobreendividamento, em consequência desse aumento das taxas de juro.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, faça favor de concluir.

O **Orador**: — É uma questão que nos preocupa e que, tenho a certeza, preocupa o Governo. O que queremos saber é se o Governo, para além dessa preocupação, tem algo previsto para combater as suas consequências, que, como disse, são graves para as famílias, para as empresas e, certamente, para a economia.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Melo, não posso deixar de observar que, estando nós a discutir uma matéria sobre a Europa, da maior importância para o desenvolvimento do País, o Sr. Deputado aproveitou a sua intervenção para se referir, de novo, à Ota, à prostituição e às taxas de juro. Penso que isto diz tudo sobre a sua participação neste debate.

É claro que o Sr. Deputado é de uma bancada da oposição, pelo que tem de fazer oposição. Mas a oposição também deve ser conduzida de forma inteligente, porque só assim se valoriza e só assim se diminui o Governo.

O Sr. Deputado deve reconhecer que pusemos nesse CD todos os pareceres, todos os estudos que foram desenvolvidos, ao longo dos últimos 20 anos, relativamente à construção do novo aeroporto internacional. Eles são favoráveis à Ota — é verdade! Isto levou, aliás, a que todos os governos anteriores a este fossem também favoráveis à Ota, inclusive aquele em que o CDS participou.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E também ao TGV! Nós até somos a favor do TGV! Se isto é ser contra o Governo!?

O **Orador**: — Não, Sr. Deputado! A posição dos governos anteriores, em que o CDS participou, era favorável à Ota. E o Sr. Deputado dispensar-me-á de lhe apresentar, de novo, as declarações dos responsáveis.

Depois, o Sr. Deputado falou de prostituição mas, sobre esta matéria, não tenho novidades a dar-lhe. Nada mais lhe posso dizer além de que, naturalmente, o Governo estuda e acompanha todos os temas com

atenção e sem qualquer preconceito. Mas não há nenhuma novidade a dar-lhe!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não há?!

O Orador: — Sr. Deputado, já que fala tanto da Juventude Socialista, lembro uma questão da maior importância: as declarações do seu líder, no passado fim-de-semana, essas, sim, absolutamente infelizes, e espero que o CDS as corrija rapidamente. Em síntese, o seu líder disse que o terrorismo tinha uma origem de esquerda. Esta declaração, no sentido de que o terrorismo é «filho» da esquerda, é uma declaração, ela sim, terrorista,...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... porque estraga o consenso político à volta do terrorismo. É uma declaração irresponsável e que macula aquilo que deve ser intocável, que é o consenso e o empenhamento de todas as bancadas, de todas as famílias políticas no combate ao terrorismo.

Aplausos do PS.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, permite-me o uso da palavra?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, pede a palavra para que efecto?

Vozes do PCP e do BE: — Defesa da honra!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Para defesa da honra da bancada, Sr. Presidente, como me parece óbvio.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Que surpreendente!

Risos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, em primeiro lugar, parece-me que V. Ex.^a tem uma memória muito selectiva.

No curto espaço de tempo de um debate, por razões de cautela, e até porque acredito que V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, está aqui de boa fé, tive o cuidado de salientar e significar, para além do elogio que fiz ao Governo pelo esforço que teve no acordo que foi conseguido, a circunstância de o Deputado Anacoreta Correia pretender, numa segunda fase do debate, intervir directamente sobre a questão que hoje aqui nos traz. E, Sr. Primeiro-Ministro, se é assim, é porque, entre outras razões, entendo, num juízo que me é próprio, que me cabe a mim e não, certamente, ao Sr. Primeiro-Ministro, que o Sr. Deputado Anacoreta Correia é a pessoa mais habilitada, na bancada do CDS, para falar sobre esta questão, porque, como sabe, teve funções ao nível do Parlamento Europeu e, como sabe também, é o coordenador do partido na Comissão de Negócios Estrangeiros.

Portanto, a menos que o Sr. Primeiro-Ministro queira desvalorizar completamente a intervenção de alguém que vai ter muito a dizer-lhe sobre esta matéria, não faz qualquer sentido o reparo que nos fez.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, também me recordo das precisas circunstâncias e dos termos em que, desde sempre, em debates desta natureza, o Partido Socialista, nomeadamente os seus vários líderes, interpelaram o Governo, ou seja, falando exactamente de questões generalistas, que interessam no plano nacional, porque, como é óbvio, também é disto que se trata num debate com o Primeiro-Ministro, uma vez que não temos muitas oportunidades para questionar o Primeiro-Ministro.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, fizemos aquilo que sempre foi feito, nomeadamente pelo Partido Socialista na oposição. Foi sempre assim, Sr. Primeiro-Ministro! Foi sempre assim e, portanto, não fica bem a V. Ex.^a, que esteve na bancada do PS, que foi Deputado durante tantos anos e que sabe disto, dizer o que aqui nos disse, a este propósito, desvalorizando as questões importantíssimas que lhe trouxe e que interessam ao País, que, por acaso, até nos vai ouvindo.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Relativamente à declaração sobre o terrorismo, Sr. Primeiro-Ministro, gostava de lhe dizer o seguinte: em primeiro lugar, aquilo que V. Ex.^a ouviu foi uma intervenção mínima, porventura desinserida do contexto — que não conheço, porque não estive nesse congresso —, mas terá oportunidade de o escla-

rever junto do Presidente do meu partido, que lhe dirá, certamente, que o que disse não foi o que o Sr. Primeiro-Ministro aqui afirmou, porque não acredito que o Presidente do meu partido o tenha dito e sei que, com certeza, não o terá dito.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ainda não teve tempo de falar com ele?!

O **Orador**: — Mas esta é uma questão que o Sr. Primeiro-Ministro, facilmente, sem demagogia, poderá esclarecer.

Em segundo lugar, há uma coisa de que me recordo: o CDS integrou os dois últimos governos, com responsabilidades em pastas tão importantes como a da Defesa. E recordo-me das posições de Estado que teve, nomeadamente, aquele que foi o Presidente do meu partido, o Dr. Paulo Portas, e todos os que exerceram funções de Estado, no governo, não apenas do CDS mas também do PSD, em relação ao terrorismo. E isto em momentos dificílimos, Sr. Primeiro-Ministro, em momentos em que o debate era quente e em que se notava, então, particularmente, a irresponsabilidade das bancadas da extrema-esquerda e da esquerda mas também se ouviam, do Partido Socialista, as declarações mais inacreditáveis. E não preciso de lhe citar aqui o que foi dito, por exemplo, pela sua camarada de partido Ana Gomes, a propósito do terrorismo.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem! Bem lembrado!

O **Orador**: — Não preciso de lhe recordar o que disse a Deputada Ana Gomes, hoje Deputada com responsabilidades no Parlamento Europeu; não preciso de lhe lembrar o que disseram vários outros Deputados que, hoje, por acaso, ainda têm assento nesta bancada. Mas, Sr. Primeiro-Ministro, podia lembrar-lhe, por exemplo, o que disse o Dr. Mário Soares, repetidas vezes, a esse propósito;...

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Exactamente! Bem lembrado!

O **Orador**: — ... podia lembrar-lhe várias declarações com as quais — tenho a certeza! — o Sr. Primeiro-Ministro não concorda. E sabe por que é que não o faço, Sr. Primeiro-Ministro? Porque isso obrigava-o a um exercício de justiça que, certamente, o Sr. Primeiro-Ministro não era capaz de fazer aqui,...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de concluir, Sr. Deputado.

O **Orador**: — ... que era o de fazer um reparo equivalente ao que fez agora ao Presidente do meu partido à Dr.^a Ana Gomes, ao Dr. Mário Soares e a todos aqueles que, à época, fizeram essas declarações irresponsáveis.

Applausos do CDS-PP.

Como sei que o Sr. Primeiro-Ministro não será capaz de usar esse critério, que é de parcimónia e de justiça, não vou lembrar-lhe essas citações, porque sei que todos os portugueses se lembram delas. Há, porém, uma coisa que registo: o papel do CDS nessa luta contra o terrorismo, papel que está registado nos anais de dois governos que integrámos, e o apoio desta bancada — que, de resto, eu já integrava — a esse combate ao terrorismo e, graças a Deus, também o de muitos Deputados do Partido Socialista, muito responsáveis, não de todos, infelizmente, mas a vida é mesmo assim.

Applausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para dar explicações, se o entender, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Melo, dois breves pontos.

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado, naturalmente, é livre na gestão do seu tempo e na escolha dos temas, mas eu também sou livre para fazer sobre isso uma avaliação política.

O Sr. **Diogo Feio** (CDS-PP): — Errado! Veio cá para responder!

O **Orador**: — E, Sr. Deputado, desculpe dizer-lhe mas parece-me uma fraca desculpa dizer que não fala sobre a questão da Europa porque alguém mais qualificado, na sua bancada, falará sobre o tema.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Porque decidi!

O **Orador**: — Parece-me que todos podemos falar sobre a Europa, independentemente de uma maior

ou menor qualificação.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Só tínhamos 5 minutos!

O **Orador**: — Esta é uma matéria da maior importância! Tinha 5 minutos e, depois, mais 3 minutos para falar da Europa e do QREN mas resolveu não o fazer. Ora, isto tem uma avaliação política.

Mas, Sr. Deputado, também lhe digo o seguinte: não ofendi a honra de ninguém, limitei-me a defender a honra de um partido que se reclama dos valores da esquerda e de nunca mas nunca ter contribuído para nenhuma acção terrorista e para nenhuma difusão da ideia do terrorismo.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Já o CDS...!

O **Orador**: — Portanto, a declaração a que me referi é que ofende a honra e a história do CDS.

Estou muito de acordo com o que o Sr. Deputado disse: o CDS sempre foi muito firme na condenação do terrorismo e também sempre foi muito firme na obtenção de um consenso de todas as forças políticas na condenação do terrorismo. Espero, por isso, que esta declaração do seu líder tenha sido uma infelicidade e seja rapidamente corrigida, a benefício da democracia, do combate ao terrorismo e, também, da história do CDS.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para formular as suas perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o Governo está aqui para discutir o orçamento da União Europeia, e a minha bancada também.

Creio que vivemos, nesta última cimeira europeia, dois desafios fundamentais. Aliás, o Sr. Primeiro-Ministro referiu-se a um deles mas não se referiu ao outro, e gostaria que o fizesse agora.

O primeiro desafio é, evidentemente, o do orçamento. Já se sabia que, com o alargamento da União, se o orçamento viesse a ser mantido ou reduzido, como aconteceu, Portugal ficaria prejudicado.

Portugal ficou, efectivamente, prejudicado em 10%, o que representa uma vitória do fracasso. O Sr. Primeiro-Ministro chegou a lembrar-nos, mais tarde, no debate, uma carta do Grupo dos Seis que pretendia reduzir o orçamento da União Europeia para 1%. Pois bem! Eles venceram! O orçamento da União Europeia é 1,045% do produto europeu.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Estão, portanto, a 45 milésimas de ponto percentual da vitória absoluta que tiveram.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Quando a União se alarga, quando temos novos problemas sociais na União e na Europa, no seu conjunto, o que era preciso era a União elevar-se a um orçamento mais substancial mas a União, perante os problemas, reduziu o orçamento. E, portanto, com as vantagens que se obtiveram nesta decisão, em relação à proposta do Luxemburgo, continua a ser verdade que nós não queremos somente uma fatia um pouco maior para Portugal ou um pouco menos reduzida para Portugal, se o «bolo» da resposta aos problemas essenciais for sempre cada vez mais pequeno. E foi isto que triunfou neste orçamento europeu! É uma má notícia para a Europa, Sr. Primeiro-Ministro!

Se os países mais poderosos, que querem impedir que haja um orçamento europeu, que querem impedir que haja uma política de coesão, que querem impedir que haja uma política virada para o emprego, para as qualificações e para os serviços europeus, triunfam, esta é uma muito má notícia para a Europa...

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — ... e é também uma má notícia para nós, apesar de termos melhorado um pouco, e ainda bem, em relação à proposta luxemburguesa. A Europa não tem caminho com um orçamento de 1%, e o Sr. Primeiro-Ministro sabe disto muitíssimo bem.

Deste ponto de vista, o facto de na Polónia saberem fazer a conta de que, em termos de percentagem de produto, têm fundos que são um terço mais pequenos do que os de Portugal ou de na República Checa e na Hungria saberem que têm um décimo do que nós temos, faz perceber que, assim, se constrói uma Europa que é como uma cebola, isto é, tem algumas voltas que vão distinguindo os vários países, entre eles, dando mais direitos aos que estão no centro e menos direitos e mais agruras aos que estão fora do centro.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — E, desse ponto de vista, esse critério foi negativo para a Europa, apesar das vantagens que teve para Portugal, nesse contexto.

Mas também temos de discutir aqui a Europa por um segundo motivo, que é uma questão política.

O Conselho Europeu tinha de dar credibilidade ao projecto europeu.

Quero chamar-lhe a atenção para uma declaração espantosa de Colin Powell, há dois dias atrás, à BBC. Colin Powell, a propósito dos voos secretos da CIA, para transportarem prisioneiros secretos para prisões secretas fora do direito internacional, virou-se para os dirigentes europeus, lembrando-lhes que são como um personagem do filme *Casablanca*, o Capitão Renault, que era o chefe da polícia que embolsava os lucros do casino e, depois, dizia que estava chocado por haver jogo ilegal naquela sala.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Dizia Colin Powell que os primeiros-ministros europeus são exactamente o Capitão Renault.

Ora, o Sr. Primeiro-Ministro esteve sentado ao lado do Capitão Renault, porque, se Colin Powell não está, ele próprio, a mentir-nos, e é de presumir que não, Sr. Primeiro-Ministro, todos eles sabiam e mentiram à opinião pública, fingindo que não sabiam.

A este propósito, o que o Conselho Europeu podia ter feito era o que fez o Conselho da Europa: uma investigação que credibilize a Europa como um espaço de direitos,...

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — ... como um espaço de dignidade, que tem política externa e política interna e que, por isso, não aceita prisioneiros clandestinos para prisões clandestinas.

Neste teste, a Europa falhou e o Sr. Primeiro-Ministro podia ter ajudado, e não ajudou,...

Vozes do BE: — Muito bem!

O **Orador**: — ... a que houvesse uma boa decisão do Conselho Europeu.

Quero, ainda, chamar a sua atenção para uma consequência desta política europeia sobre o emprego. O Sr. Primeiro-Ministro falou-nos aqui de números, fez um «malabarismo» e estou certo, porque reconheço a sua competência, de que sabe tratar-se de um «malabarismo».

Comparar o Produto ou as exportações com o período homólogo do ano anterior é dizer a verdade para enganar os números. É que, no ano anterior, nós estávamos a cair...

O Sr. Primeiro-Ministro: — Não é verdade!

O **Orador**: — Não, Sr. Primeiro-Ministro, é verdade e, se quiser, explico-lhe porquê.

Como eu estava a dizer, no ano anterior, estávamos a cair, recuperámos para um nível de estagnação e agora, neste trimestre, estamos de novo a cair. O que nos interessa é o movimento, como é que estamos em relação ao período anterior. Estamos a progredir ou não? Um Primeiro-Ministro que saiba os números e que se preocupe com a verdade social que estes nos dizem pergunta-se se estamos ou não a ir no bom caminho.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua.

O **Orador**: — Sr. Primeiro-Ministro, veja o seguinte: tínhamos um crescimento de 1,6% previsto pelo governo anterior e de 0,8% previsto pelo seu Governo, mas estamos em 0,3% de crescimento e, no fim do ano, estaremos, talvez, em 0%. Daí o desemprego com 40 000 jovens licenciados e um aumento de desemprego das mulheres licenciadas em 19,3%. Isto é desqualificação!

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem dito!

O **Orador**: — Estamos a desqualificar o País desta forma! E quando o Sr. Primeiro-Ministro joga com os números não olha para a realidade. Essa é a crítica que tenho de lhe fazer — e assim termino — sobre a questão da Autoeuropa.

É certo que deve condenar-se o que disse o Ministro da Economia e da Inovação, que já não está presente, mas quando a Ford-Volkswagen impôs a chantagem aos trabalhadores dizendo-lhes, há um mês atrás, que tinham de aceitar as suas condições para evitar a deslocalização, foi o Primeiro-Ministro, em

declarações condenadas pelo sindicato e pela comissão de trabalhadores, e muito bem, que veio dizer que era preciso fechar esse acordo nessas circunstâncias.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A expressão «nessas circunstâncias» é sua!

O **Orador**: — Não, não estou enganado! Esse é o seu erro, e é isso que tem de ser criticado neste debate e na decisão sobre a vida social daqueles trabalhadores, aos quais presto a minha solidariedade.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, temos uma diferença de pontos de vista relativamente à Europa, e assumamo-la.

O Sr. Deputado, naturalmente, tem uma visão ambiciosa, que partilho, no que diz respeito às novas tarefas europeias. Infelizmente, não lhe vi essa ambição a propósito do Tratado Constitucional Europeu. Ao contrário, o Sr. Deputado refugia-se numa outra Europa, que não sabe qual, mas a verdade é que não deu qualquer contributo para que a mesma pudesse ter evoluído, aprovando essa constituição.

A Sr.^a **Manuela Melo** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Estamos para ver quais são os resultados.

Quanto ao Tratado Constitucional Europeu, vamos ver qual vai ser o futuro texto que a Europa vai aprovar. Temos de reconhecer, naturalmente, que este texto se tratou de um fracasso da Europa, por isso ele deve evoluir. É que o teimoso repete a mesma coisa, mas o inteligente pode insistir de outra forma. Nós devemos insistir num texto e num tratado novo, mas que evolua relativamente ao anterior.

No que respeita ao orçamento, também não posso dar-lhe razão quanto ao essencial. Este orçamento, em primeiro lugar, preservou uma política de coesão que estava ameaçada. Recordo tudo aquilo que foi dito em Portugal a propósito destas perspectivas financeiras, desde logo a ideia de que iríamos perder os fundos de coesão pela simples razão — e havia muito quem, na Europa, defendesse esta perspectiva — de que esses fundos estruturais deviam ir apenas para os novos Estados, uma vez que os antigos já tinham tido a sua oportunidade e o seu tempo e, portanto, não podiam deles beneficiar. Esses, que defenderam essa posição, saíram derrotados neste orçamento, tal como saíram derrotados aqueles que defendiam um orçamento mínimo de 1%. E entre 1% e 1,045% há uma enorme diferença...

Risos do BE.

... a favor da Europa e das políticas de coesão!

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — São milésimas!

O **Orador**: — Só mesmo quem não sabe o significado que tem 0,45% do Produto Nacional Bruto!...

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Não são 0,45% mas, sim, 0,045%!

O **Orador**: — O Sr. Deputado sabe quanto é que isso significa, nomeadamente, para Portugal?! Foi essa evolução, aliás, que significou que Portugal pudesse ter esta melhoria nos seus fundos de desenvolvimento rural.

Portanto, não triunfou quem defendeu uma política de coesão diminuída nem quem defendeu um orçamento muito diminuído.

Claro está que temos uma Europa ameaçada e que merece ser reforçada na sua credibilidade, o que se faz em dois pontos. Em primeiro lugar, no orçamento. Apesar de este não ser o orçamento perfeito é um passo na direcção certa, porque recordo que está inscrita uma cláusula de revisão que explicitamente refere o reembolso britânico e a PAC como matérias a necessitarem de revisão e de actualização para modernização do orçamento europeu. Está também a Europa confrontada com a necessidade de dar uma resposta à sua crise institucional, que resultou dos referendos na França e na Holanda.

Ora, é para isso que queremos contribuir. Mas estamos aqui para contribuir para o reforço da Europa e do projecto europeu porque, do meu ponto de vista, esse é o projecto mais crítico, mais importante e mais generoso do mundo actual. É um projecto importante não apenas para os europeus e para a economia europeia mas para o mundo. E é defendendo estes interesses europeus que se defendem também os interesses portugueses.

O Sr.^a **Manuela Melo** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Finalmente, Sr. Deputado, vamos esclarecer um ponto muito simples: o País não está em recessão! Não está! Os nossos indicadores de crescimento económico apontam uma estagnação, é verdade, mas não são indicadores de recessão.

Devo dizer-lhe, aliás, que, tendo o Governo a noção de que as medidas que tomou teriam também como efeito penalizar o crescimento económico, tomou-as com a consciência de que tinha de ser assim, porque, se o não fizesse, seríamos afectados de forma mais visível, em particular na subida das taxas de juro, uma vez que o Governo daria a demonstração de não estar à altura de lidar com uma situação e uma crise orçamental, que herdámos, gravíssima. Apesar de tudo, a economia portuguesa reagiu bem.

Esta é verdade! Naturalmente, não estamos nada satisfeitos, mas considerarmos e torcemos os números para traçar um quadro mais negro da situação não só não ajuda Portugal como é uma alteração da realidade que não está demonstrada.

Sr. Deputado, V. Ex.^a tem sempre a pretensão — são males que vêm de longe — de uma certa superioridade moral no que diz respeito à condenação dos outros.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Vem aí a cassete!

O **Orador**: — Sr. Deputado, em primeiro lugar, o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros declarou em comissão aquilo que vou repetir: Portugal, o Estado português, não tem nenhuma indicação ou informação que confirme a utilização do território português para o trânsito de prisioneiros com destino a outras paragens com o intuito de serem torturados, conforme noticiado pela imprensa.

Em segundo lugar, no que respeita à Autoeuropa, gostava de dizer-lhe que defendi na televisão exactamente aquilo que o Sr. Deputado disse, menos a última expressão. Eu disse que era bom que se chegasse a um acordo, não que se chegasse àquele acordo. Portanto, Sr. Deputado, seja rigoroso, porque as últimas palavras não são minhas, são suas, e o senhor propositadamente aditou-as. O que defendi foi um acordo entre a administração e os trabalhadores. Foi isso que eu disse que esperava, e espero que seja também esse o seu ponto de vista. Espero que o Sr. Deputado também queira um acordo! Eu espero um acordo, e essa é a minha forma de ser solidário com os trabalhadores, com a empresa e com o País.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para exercer o seu direito de réplica, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, vejo que quando se chega ao Governo há uma transformação «superiorizante» que faz, às vezes, dos primeiros-ministros uma espécie de presidentes da Volkswagen: tenho aqui um texto, façam o favor de o aceitar; tenho aqui uma constituição, façam favor de a aceitar; tenho aqui números, façam favor de os aceitar!

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Não é assim, Sr. Primeiro-Ministro!

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Na verdade, o debate político é sobre as dificuldades que temos, e o Sr. Primeiro-Ministro não quis discutir as dificuldades da Europa! Aliás, disse uma coisa espantosa, ou seja, que estamos tão longe dos 1% do orçamento, em relação ao produto, quanto 0,45%. Não Sr. Primeiro-Ministro, está enganado, numa magnitude de 1 para 10! A diferença entre 1% e 1,045% é de 0,045, é de 45 milésimas e não o que o senhor disse!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Santos Silva): — São muitos milhões!

O **Orador**: — São muitos milhões, pois são, mas são 10 vezes menos do que os que resultam das contas que o Sr. Primeiro-Ministro aqui nos disse! São 10 vezes menos!

Applausos do BE.

E que seja 1,045%! É esta a ambição para a Europa?! Pensam que se pode ajudar a combater o desemprego ou responder à integração dos outros países, que não têm nada quando chegam à Europa, com 1,045%?! É esta a grande vitória da Europa de que precisamos?!

Reconhecer a dificuldade, Sr. Primeiro-Ministro, é começar por enfrentar o problema. E, desse ponto de vista, o seu erro diz tudo, como diz sobre a questão da crise e da recessão ou estagnação. Só no fim do ano, como bem sabe, é que poderemos fazer as contas para poder avaliá-la.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ah! Não estamos em recessão!

O **Orador**: — Mas estamos a caminho da recessão, porque estamos a reduzir... Sr. Primeiro-Ministro, com franqueza! Mesmo que tenhamos 0,3% de crescimento — admitamos que sim, é a projecção do Banco de Portugal —, o senhor vai deitar foguetes?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não!

O **Orador**: — O senhor vai deitar foguetes se tivermos 0,2% de crescimento, quando nos disseram que teríamos 1,6%?!

Sr. Primeiro-Ministro, sabe quais são as contas que contam? São 330 desempregados/dia durante o Verão e são mesmo agora, quando temos uma subida da actividade económica por razões totalmente circunstanciais, 50 desempregados/dia. Creio que aí a insensibilidade do Governo é insensatez.

Sr. Primeiro-Ministro, até lhe coloco uma questão concreta, porque gostava de convidá-lo a ter a oportunidade de corrigir os erros sociais do seu Governo. Amanhã vai ser votada uma das leis mais importantes do seu Governo neste período, a lei sobre as rendas. Esta lei tem o seguinte efeito: uma pessoa sozinha, com 70 anos, que receba 220 euros de pensão e que pague 10 euros de renda vai ter um aumento de renda, em 10 anos, de 400%, ou seja, o valor da renda vai chegar até cinco vezes mais do que paga hoje.

Se o Sr. Primeiro-Ministro entende que uma política de ajustamento social deste tipo é sensata e é a forma de corrigir as gravíssimas distorções no mercado de habitação em Portugal, pode continuar como está.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço-lhe que termine.

O **Orador**: — Termine de imediato, Sr. Presidente.

Mas se tem a sensibilidade social que é precisa para governar o País em momentos de crise ainda pode corrigir este erro,...

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — ... porque essa pessoa, não tendo a taxa de esforço de 30%, não deixará de pagar mais 400%, uma parte tão importante, 50 euros, de uma pensão de 220 euros.

É assim que vai acontecer. O senhor agora pode decidir se continua ou se altera esta política. E gostaria que a pudesse alterar, agora que conhece o caso concreto.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, julgo que é altura de pôr um pouco de freio na demagogia.

Protestos do BE.

Demagogia! Vou explicar-lhe por que é demagogia!

O Sr. Deputado diz que não é nada. «Entre 1% e 1,045%, que diferença é essa, Sr. Primeiro-Ministro?! Que horror o senhor considerar isso uma diferença!» — diz o Sr. Deputado. Pois foi essa diferença que salvou Portugal nas últimas semanas, para obtermos, exactamente, os dinheiros que precisávamos no desenvolvimento rural.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Estou a falar da Europa!

O **Orador**: — Quer ouvir, Sr. Deputado? Sabe quanto é que significa em biliões de euros? Fiz aqui umas contas por alto e significa 36 biliões de euros. É que cada centésima significa 8 biliões, segundo as contas que tenho ainda de memória.

O Sr. **Fernando Rosas** (BE): — Para a Europa são trocos!

O Orador: — Não são trocos, Sr. Deputado, não! São absolutamente essenciais e foram essenciais para que Portugal tivesse este resultado e pudesse hoje dizer que os fundos estruturais provenientes da coesão são aqueles de que necessitamos para o nosso desenvolvimento.

Desculpe, mas a sua afirmação foi absolutamente demagógica!

Aplausos do PS.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — É menos que o orçamento anterior!

O Orador: — Eu sei, Sr. Deputado, mas há uma diferença, pois 1% tinha como consequência a redução de 40% nas verbas de coesão para Portugal. O Sr. Deputado sabe isso, não pode alegar ignorância.

Diz, depois, o Sr. Deputado que poderemos chegar ao fim do ano com um crescimento de 0,3% e pergunta-me se estou satisfeito. Respondo: não, não estou satisfeito. No entanto, isto é estagnação económica. O senhor é que lhe chama recessão! E por que é que lhe chama recessão? Porque quer tirar um efeito político disso.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O senhor quer pintar as coisas de negro ainda mais carregado! E sabe para quê? Para beneficiar politicamente disso! Ora, Sr. Deputado, desculpe, mas não considero que resolva nenhum problema para Portugal carregar ainda de mais negro a nossa situação. A nossa situação é difícil, temos bem consciênciia disso, mas não ajuda nada...

Vozes do BE: — Isso é que é demagogia!

O Orador: — Não! Demagogia é tentar transformar aquilo que é estagnação em recessão. Isso, aliás, é muito mais do que demagogia!

Aplausos do PS.

Quero recordar-lhe também, Sr. Deputado, a evolução que representou a nossa lei das rendas. Basicamente, esta nova lei que apresentamos significa uma actualização da lei das rendas com vista à recuperação urbana e a relançar o mercado do arrendamento, mas é uma lei que evita também o despejo continuado, que era o que estava previsto nas leis anteriores.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente:** — Para uma pergunta, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Os Verdes querem começar por registar que, em Junho deste ano, num debate com o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, nesta Câmara, sobre as perspectivas financeiras da União Europeia para 2007-2013, esse Sr. Ministro referiu que era preferível não haver acordo do que haver um mau acordo. Agora, aquilo que ouvimos por parte deste Governo é que é preferível um mau acordo do que não haver acordo e, para além disso, conseguem transformar este mau acordo num sucesso para a Europa. É esta incoerência no discurso que nos leva a perceber que o Governo vem cantar vitória ou mudar o seu discurso consoante as necessidades que tem relativamente a esta matéria.

Como é que se pode entender como um sucesso para a Europa a redução do rendimento nacional bruto comunitário de 1,24% para 1,045%? Esta é que é, na perspectiva de Os Verdes, a medida certa de comparação: comparar aquilo que nos oferecem actualmente com os valores do anterior quadro financeiro da União Europeia.

Portanto, a resposta que temos é: face a uma Europa amplamente alargada, temos um «bolo» global para distribuição significativamente mais reduzido. E, apesar de alguns ajustes, como a redução do cheque britânico, a Holanda, a Alemanha, a Suécia e a Áustria recebem reduções compensatórias significativas às suas contribuições para a União Europeia, o que significa que essas compensações vão ser pagas por outros países, designadamente pelos mais carenciados, para atingir aquele que se diz ser um objectivo crucial da União Europeia, que é a coesão territorial e social. Ou seja, aqueles que mais têm ganho economicamente com novos mercados resultantes do alargamento reduzem claramente as suas contribuições, o que, evidentemente, é feito com sacrifício da coesão territorial, da coesão regional, da coesão social da União Europeia.

Temos mais essa certeza quando olhamos também, por exemplo, para a reorientação da despesa ao nível da União Europeia, que vai, em grande medida, para financiamentos de parcerias público-privadas, liberalizações, privatizações, flexibilização do mercado de trabalho. Olhamos, por exemplo, para o capítulo

da competitividade que integra estas questões que agora referi, comparamos os valores de 2006 e de 2013, e percebemos que há um aumento significativo, na ordem dos 50%; olhamos para o final deste quadro comunitário, ou seja, para 2006, e para o final do próximo, ou seja, para 2013, e, relativamente à política de segurança e cooperação de polícias, etc., vemos um aumento na ordem dos 40%. São estes os dois capítulos que mais aumentam ao nível da reorientação da despesa da União Europeia.

E temos uma grande preocupação relativamente a esta matéria, Sr. Primeiro-Ministro, porque com esta reorientação da despesa a União Europeia está a aplicar aquilo que o povo da União Europeia rejeitou, que foi a Constituição Europeia, ou seja, por outra via, através da sua reorientação de despesa está a aplicar um documento que está morto e enterrado e que o povo da União Europeia rejeitou claramente.

Quero, por isso, deixar aqui expressa esta preocupação de Os Verdes relativamente a este quadro financeiro e às suas perspectivas de aplicação.

Relativamente a Portugal, é importante percebermos que valores estamos a comparar. O Governo fala no quadro comunitário anterior de 25 000 milhões de euros; a União Europeia diz que aquilo que foi aplicado a Portugal foram 25 500 milhões de euros — o que são mais 500 milhões de euros. Depois, dos 22,5 milhões de euros, o Governo aparentemente integra neles as despesas agrícolas, o que significa que há que as somar aos 25 000 milhões de euros de despesas de fundo de coesão e de fundos estruturais. Nesse sentido, era preciso clarificar que valores é que estamos, efectivamente, aqui a acompanhar e conhecer os números em pormenor.

O Sr. Presidente: — Tem de terminar, Sr.ª Deputada.

A Oradora: — No entanto, confiando nos números que o Governo nos apresenta, aquilo de que temos a certeza é que, relativamente ao quadro anterior e ao próximo quadro financeiro, há uma redução de mais de 10%. Numa situação de grave crise económica em Portugal, para a qual o Plano de Estabilidade e Crescimento contribui de sobremaneira, para além, evidentemente, das opções políticas deste Governo e dos anteriores (diga-se em abono da verdade); num momento em que está mais que visto que a Europa empurrou Portugal, e seguramente outros países mais fragilizados, para uma dependência clara dos grandes da União Europeia; numa altura em que, em Portugal, o PIB *per capita*, em relação à percentagem média comunitária, está ao nível de 1991 e onde há um esforço por habitante nas contribuições para a União Europeia a Quinze superior à Alemanha ou à Grécia; o Governo vem clamar vitória, porque estava erradamente predisposto a perder até 20% — e isso foi claro no debate anterior com o Sr. Ministério dos Negócios Estrangeiros, que dizia que só vetava as propostas que estavam acima de uma perda de 20%. É evidente que, face a estas circunstâncias, Portugal precisa de mais do que estas vitórias tão medidas por baixo por este Governo.

Termino com uma pergunta muito breve ao Sr. Primeiro-Ministro: gostaria que fizesse, nesta Câmara, um veemente protesto, depois da Conferência de Montreal, à posição continuada dos Estados Unidos da América relativamente à sua não vinculação ao Protocolo de Quito. Gostava de ouvir esse veemente protesto quanto a essa decisão dos Estados Unidos.

Vozes de Os Verdes e do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Heloísa Apolónia, eu não disse que o acordo foi um sucesso para a Europa, mas que foi uma boa notícia para a Europa. Há uma diferença nisso, que é, naturalmente, que este acordo resulta de um compromisso entre aqueles que tinham mais ambição e também aqueles que, devido à sua situação económica, não aceitam e não querem pagar mais para o orçamento europeu.

Todavia, julgo que, no acordo que foi aprovado, os aspectos que eram importantes para Portugal, isto é, a política de coesão, o desenvolvimento rural, foram defendidos.

A Europa tem hoje, depois deste acordo, uma política de coesão que honra a história da Europa. Esta política de coesão foi a que se sucedeu à ideia europeia de coesão social, à ideia que é preciso, para criar um único mercado, ajudar as regiões mais desfavorecidas a alcançar níveis de bem-estar e económicos semelhantes aos da média europeia para, assim, poderem competir em igualdade de circunstâncias.

Julgo que aqueles Estados-membros que desvalorizaram esta política, que não a queriam considerar — e eram muitos! —, que consideraram que esta política, agora, devia aplicar-se apenas aos 10 novos Estados e de forma minguada, saíram derrotados. Houve quem ganhasse e houve quem perdesse neste acordo. E quem ganhou foram aqueles que defenderam que as novas perspectivas financeiras deviam estar à altura dos melhores valores da Europa, e os melhores valores são os da solidariedade e da coesão, que sempre justificaram a criação do mercado único.

Esperava que a Sr.ª Deputada também tivesse defendido e se tivesse congratulado pelas verbas do desenvolvimento rural para Portugal. Como sabe, o desenvolvimento rural é hoje o pilar mais moderno

da política de agricultura comum, aquele que mais nos pode ajudar e aquele que até é mais amigo do ambiente! Estas verbas, conseguidas nas últimas 24 horas, em Bruxelas, são absolutamente essenciais não apenas para ajudar à produção, para financiar preços, para financiar políticas agrícolas mais amigas do ambiente, nomeadamente as medidas agro-ambientais, mas também para poder financiar infraestruturas que tornem a agricultura mais competitiva nas verbas do desenvolvimento rural do lado da coesão e que permitam fixar os nossos agricultores nas zonas rurais mais desfavorecidas.

Finalmente, a Sr.^a Deputada diz que Portugal tem uma redução relativamente ao período de 2000-2006. Sr.^a Deputada, a Irlanda e a Espanha têm uma redução brutal e não seria justo que Portugal dissesse que queria o mesmo dinheiro que teve no período 2000-2006, pela simples razão de que ficámos um pouco mais ricos, relativamente ao ponto de partida...

Protestos da Deputada de Os Verdes Heloísa Apolónia.

É verdade, Sr.^a Deputada! Não confunda matérias de opinião com matérias de facto. Eles também sabem fazer umas contas e sabem que, quer no caso da Madeira, quer no caso do Algarve, quer no caso da região de Lisboa, a situação mudou, evoluiu. Se queremos defender a política de coesão, temos de ser justos e não podemos querer mais do que aquilo a que temos direito.

A Sr.^a **Manuela Melo** (PS): — Exactamente!

O **Orador**: — Foi sempre essa a posição defendida por Portugal. Nunca quisemos mais do que aquilo a que tínhamos direito. Só queríamos, naturalmente, aquela parcela que ainda compete a Portugal, em virtude do seu estatuto de país que ainda não chegou à média europeia.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para replicar, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o problema está, de facto, no «bolo» global que é atribuído a estas perspectivas financeiras para 2007-2013 e, como Portugal não teve veemência nenhuma ao nível das negociações da União Europeia relativamente à necessidade de aumento deste «bolo» global — digo isto porque vejo que o Sr. Primeiro-Ministro fica satisfeitosíssimo com 1,045% —, é evidente que qualquer redução, por mínima que fosse, relativamente ao «bolo» atribuído a Portugal deixaria o Governo português perfeitamente satisfeito.

Portanto, é esta perspectiva de falta de solidariedade e de falta de cooperação ao nível da construção europeia, e que se reflecte claramente neste «bolo» global das perspectivas financeiras, que nós, Os Verdes, criticamos sobejamente. Claro que, depois, isto tem reflexos concretos no que é atribuído a cada um dos países e compromete claramente a coesão territorial e a coesão social ao nível da União Europeia.

Esclareço que tive alguma pressa em fazer-lhe aquela pergunta sobre os EUA porque parecia-me importante que, depois da 11.^a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, o Sr. Primeiro-Ministro se pronunciasse também, nesta Câmara, relativamente a esta matéria.

Talvez o Sr. Primeiro-Ministro não tenha tido a coragem de condenar veementemente a atitude dos EUA porque Portugal está muito mal situado relativamente ao cumprimento dos acordos a que nos comprometemos ao abrigo do Protocolo de Quioto. É que, neste momento, Portugal está a emitir mais 60% de gases com efeito de estufa do que deveria emitir entre os anos 2008 e 2012.

De igual modo, fiquei surpreendida e preocupada com as declarações do Sr. Ministro do Ambiente, publicadas num artigo opinião, que vem expressar um certo conformismo no que se refere ao fracasso das políticas dos sucessivos governos quanto a esta matéria e vem reduzir a intervenção do nosso país, em termos de mecanismos de desenvolvimento limpo, ao investimento em projectos mais limpos a implementar noutras países em desenvolvimento e, também, à compra e venda de quotas de emissões, para podermos continuar a poluir.

É evidente que Os Verdes condenam absolutamente este fracasso dos sucessivos governos, esta resignação do Governo português, a qual vai custar caro, no futuro próximo, ao Orçamento do Estado, ao erário público, tal como à sustentabilidade das empresas portuguesas e também, directamente, ao bolso dos consumidores, sendo que, de acordo com o que conhecemos sobre o preço a pagar por cada tonelada de dióxido de carbono, o que se perspectiva é justamente que, entre os anos 2008 e 2012, Portugal poderá ter de pagar cerca de 300 milhões de euros, saídos do erário público, para suportar a incompetência dos sucessivos governos no que diz respeito a esta matéria. É, pois, esta a preocupação que gostava de deixar aqui.

Devo dizer ainda que, de entre as quatro prioridades fundamentais que o Sr. Primeiro-Ministro elencou como sendo aquelas ao serviço de cuja prossecução devem ser colocados os fundos comunitários, a

última, a de valorizar o território, não se coaduna absolutamente nada com o que o Orçamento do Estado para 2006 oferecia em termos de combate às assimetrias regionais nem com as medidas que o Governo está a tomar, justamente de reforço dessas mesmas assimetrias. Ao dizê-lo, estou a pensar no encerramento das escolas ou dos centros de saúde, instrumentos fundamentais para o desenvolvimento do interior.

De igual modo, a referida prioridade, estabelecida pelo Sr. Primeiro-Ministro, de valorização do território tão pouco se coaduna com a obsessão deste Governo em relação ao TGV ou com o descurar da linha ferroviária convencional, designadamente com a desistência de modernização da linha do Norte.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, há um equívoco. É que não fico nada satisfeito com o orçamento global.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Parece!

O **Orador**: — Não! Portugal sempre defendeu um orçamento mais ambicioso. Foi essa a nossa posição desde o início, e disse-o na minha intervenção inicial. Portanto, não confundamos as coisas.

Este orçamento resultou de um compromisso, mas nós sempre dissemos — e dissemos desde o início, ainda antes de conhecermos a primeira proposta britânica — que não aceitaríamos nenhuma redução de verbas para Portugal que resultasse de uma redução do orçamento global.

Desde o tempo em que o Luxemburgo exerceu a presidência, o orçamento global evoluiu até terminar em 1,045% — era 1,06% e acabou por ser 1,045%.

No entanto, embora com um menor orçamento global, Portugal tem o mesmo, e acrescido de novas regras de flexibilidade. Isto significa um ganho para Portugal, desde o tempo da presidência do Luxemburgo até agora.

Dir-me-á que se verifica enfraquecimento do conjunto do orçamento comunitário. É certo! Perguntar-me-á se foram os novos Estados-membros quem foi prejudicado nesta evolução. É certo que sim!

Defendi sempre os novos Estados-Membros. O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, em várias ocasiões, teve oportunidade de defender a política de coesão, porque nós nunca tivemos apenas uma postura de defesa dos interesses egoístas do País. Não! Sempre defendemos a política de coesão e todos aqueles países que, tal como Portugal, estavam no grupo dos que beneficiam das políticas de coesão.

Naturalmente, Portugal não podia opor-se a um acordo que o satisfizesse quando os outros países que são prejudicados nesse acordo o aceitam como um compromisso razoável. Espero que todos compreendam que, nesse momento, Portugal também devia dar o seu acordo, não apenas porque vê os seus interesses satisfeitos mas também porque as duas partes consideravam razoável esse acordo.

Passemos à questão do Protocolo de Quioto.

Sr.^a Deputada, não preciso que me recorde a necessidade da defesa do Protocolo de Quioto e do empenhamento da Europa no combate aos gases que provocam o efeito de estufa porque eu próprio era Presidente do Conselho Ambiente quando esta matéria foi discutida com os EUA.

Ao longo destes últimos anos, a Europa criticou suficientemente a posição norte-americana e esperamos que eles evoluam e se juntem a todos os países que estão realmente interessados numa luta global pela redução do dióxido de carbono e na promoção de um ambiente que nos dê mais segurança para o futuro.

O nosso problema é que também temos de tratar do que temos a tratar. Portanto, consideraria que a nossa prioridade é no sentido da alteração do nosso perfil energético e de dar uma resposta segura aos compromissos que assumimos. Isso é que é absolutamente decisivo e em breve falaremos sobre essas medidas, em particular no campo energético.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Vamos iniciar a segunda volta de questões, em que cada interveniente dispõe de 3 minutos.

O primeiro inscrito é o Sr. Deputado Pedro Duarte, que tem a palavra.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, temos um ponto em comum: ambos afirmamos, sem qualquer hesitação, que a aposta na qualificação dos portugueses deve ser uma prioridade para o País, nomeadamente no âmbito do orçamento da União Europeia para os próximos anos. Contudo, ambos sabemos também, Sr. Primeiro-Ministro, que, por vezes, há uma grande distância entre a retórica e a acção política.

Portanto, proponho-me trazer-lhe aqui, hoje, uma situação muito concreta relativa a uma decisão assumida no âmbito da acção política concreta deste Governo.

Há umas semanas atrás, o Governo surpreendeu o Partido Social Democrata — e acredito que também surpreendeu o País — com o anúncio de uma medida na área educativa que passava pela redução do número de disciplinas sujeitas a exame no final do ensino secundário, nomeadamente pelo fim do exame da disciplina de Português.

O PSD, nomeadamente pela voz do seu Líder, Dr. Marques Mendes, teve oportunidade, de imediato, de manifestar a sua profunda discordância face a tal medida, inclusive tendo feito um apelo ao Governo para que repensasse essa decisão e revisse a sua posição sobre esta mesma matéria.

Com efeito, Sr. Primeiro-Ministro, para nós, não há qualquer dúvida: esta medida vai no sentido precisamente oposto ao caminho que é necessário para o País.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quando todos os indicadores nos mostram as realidades do nosso sistema de ensino, nomeadamente em comparação com os nossos parceiros europeus, quando todos percebemos que se exige ao País exigência, rigor, trabalho, o Governo resolveu atribuir um bónus à preguiça, na pior das tradições socialistas, se me permite que lhe diga.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O Governo deu aqui um péssimo sinal ao País e, particularmente, à comunidade educativa, professores e alunos. Não acompanhamos esta opção e, como disse, na altura, o PSD fez um apelo muito concreto, se quiser, até um pedido, ao Governo para que repensasse esta decisão.

Hoje, podemos afirmar, com satisfação, que o Governo foi sensível a este apelo, do PSD mas também de muitas forças cívicas e sociais do nosso país, e recuou na sua decisão. Queremos dizer, também sem qualquer dúvida, que ainda bem que o fez. Saudamos este recuo do Governo, para que não surja qualquer dúvida.

Para terminar, Sr. Primeiro-Ministro, se me permite a ousadia de fazer-lhe uma proposta muito concreta, vou sugerir-lhe uma leitura para esta época festiva que vamos iniciar.

Se me permite o atrevimento, Sr. Primeiro-Ministro, sugiro-lhe que leia com muita atenção o relatório do Tribunal de Contas a propósito da sua política para as auto-estradas em regime de SCUT.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Outra vez?!

O Orador: — Refiro-me ao relatório do Tribunal de Contas que arrasa a sua política para as SCUT.

Sr. Primeiro-Ministro, em função disso, o que esperamos é que, no novo ano, nos traga boas notícias. Uma boa notícia nesta área será a de que, também aqui, o Governo vai recuar nesta sua promessa eleitoral.

É que, Sr. Primeiro-Ministro — e temos de dizê-lo também sem qualquer hesitação —, se, neste caso, o Governo quebrar a sua promessa eleitoral, merecerá o aplauso do PSD porque tal recuo vai constituir, certamente, uma óptima notícia para os contribuintes portugueses, vai poupar-lhes muito dinheiro e sem dúvida nenhuma vai ser uma excelente decisão no que se refere ao futuro de todos nós.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez, o PSD, num debate sobre o futuro da Europa e sobre o futuro da aplicação dos fundos estruturais, nada disse,...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Isso é «cassette»!

O Orador: — ... e, aliás, vem com um não assunto, o assunto dos exames.

Sr. Deputado, tenho de recordar-lhe que o critério do Governo em matéria de exigência no nosso sistema de ensino é apenas este: queremos ser tão exigentes quanto as melhores práticas internacionais. Nem mais nem menos!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Portugal precisa de mais!

O Orador: — É que, sendo mais, prejudica-nos e prejudica as pessoas em Portugal, porque o que queremos é ser comparados de forma justa.

Foi por isso que o Ministério da Educação, como lhe compete, pôs à consideração do Conselho Nacional de Educação a possibilidade de alteração no campo dos exames,...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Laxismo!

O **Orador**: — ... observou o parecer do referido Conselho, deu-lhe cumprimento e já anunciou que não haverá nenhuma redução de exames.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Recuou!

O **Orador**: — Sr. Deputado, um Governo que se comporta de forma decente, pedindo um parecer e seguindo-o, não se envergonha, é um Governo que sai dignificado!

Aplausos do PS.

O senhor é que não sai valorizado deste debate porque quis trazer um não assunto!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — É um assunto!

O **Orador**: — A seguir, falou das SCUT. Ora, devo dizer que o PSD, nestes debates, não faz outra coisa a não ser falar da Ota, do TGV e das SCUT, sempre ao lado do problema. Agora, finalmente, falou dos exames. Vá lá!...

Sr. Deputado, no que diz respeito às SCUT, quero recordar-lhe que haverá auto-estradas sem portagem enquanto não se cumprirem duas condições: o desenvolvimento regional das zonas servidas por essas estradas e a inexistência de uma alternativa.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Vai ter de recuar, Sr. Primeiro-Ministro!

O **Orador**: — Já explicámos por que é que a existência de SCUT é benéfico para o País. Em primeiro lugar, porque resolve um problema de injustiça, cria melhores condições para atrair actividade económica e promover o desenvolvimento de tais regiões. Por outro lado, a existência de SCUT também significa que o Estado vai concentrar os seus recursos nas obras qualificantes, estruturantes da nossa política de transportes.

Essas são as razões que levaram o Governo a manter esta boa política de auto-estradas em regime de SCUT, com vista ao desenvolvimento do nosso país.

Aplausos do PS.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Repito que vai ter de recuar! Cá estaremos para ver!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Vitorino.

O Sr. **António Vitorino** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, admito que, nesta fase do debate, V. Ex.^a já esteja a falar com os seus botões, interrogando-se sobre que espécie de debate teria tido de travar se o resultado que obteve em Bruxelas tivesse sido mau para Portugal.

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, com algum conhecimento de causa, posso dizer-lhe que o resultado que V. Ex.^a, o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus e a diplomacia portuguesa obtiveram em Bruxelas, é, creio sinceramente, o melhor resultado possível para Portugal.

Já se falou de muitos números, de muitas décimas acima e abaixo, mas há um número de que talvez ainda não se tenha falado e que convém recordar porque a memória não deve ser curta.

Quando a Comissão de que eu próprio fiz parte apresentou a proposta de orçamento, com um orçamento global correspondente a 1,24% do rendimento bruto europeu, o governo português de então estimou em cerca de 10% do volume global das verbas do anterior Quadro Comunitário de Apoio as perdas que essa proposta representaria para Portugal.

O que se passou de então até hoje, Sr. Primeiro-Ministro? É muito simples: a tal percentagem de 1,24% passou para 1,045% e as perdas de Portugal cifraram-se nos mesmíssimos 10%. Isto é uma grande vitória negocial por parte do Governo português.

Sr. Primeiro-Ministro, não se trata só de uma vitória negocial para Portugal — V. Ex.^a disse-o, e bem —, é também do interesse da Europa que não tenha havido um impasse em matéria de perspectivas financeiras, porque impediu-se uma crise de confiança, sobretudo impediu-se que haja um hiato na apli-

cação das políticas estruturais e de coesão, que são as que mais interessam a Portugal.

É que, no que se refere à PAC, que interessa a alguns países ricos, era indiferente que houvesse acordo sobre as perspectivas financeiras porque é uma política de «piloto automático», é uma política cujos pagamentos caem certos no tempo, independentemente dos instrumentos regulatórios.

Em contrapartida, a política dos fundos estruturais e dos fundos de coesão é uma política que depende de novas bases legais, as quais, se não fossem aprovadas durante o ano de 2006, não poderiam começar a ser aplicadas no novo quadro financeiro a partir do dia 1 de Janeiro de 2007. E isto não é uma questão menor, nem para o interesse da Europa no seu conjunto, nem para o interesse de Portugal.

Assim como não é indiferente que se tenha mantido o equilíbrio na atribuição dos fundos estruturais, de 50% para os velhos países da União Europeia e 50% para os novos países da União Europeia. É que, durante muito tempo, os contribuintes líquidos fizeram um proselitismo hipócrita, dizendo que os fundos estruturais só deveriam ir para os novos Estados-membros da União Europeia, quando eles sabem perfeitamente que esses países têm limitações significativas à sua capacidade de despesa e de execução desses mesmos fundos estruturais.

E como toda a gente sabe, por aplicação da regra $n+2$, ainda que suavizada pela regra $n+3$, ao fim do período de execução, o dinheiro não utilizado é devolvido. E sabe V. Ex.^a a quem, Sr. Primeiro-Ministro? Obviamente aos contribuintes líquidos! Portanto, é puramente hipócrita vir dizer que a Polónia tem 10 vez menos fundos do que Portugal tem neste Quadro Comunitário de Apoio.

Finalmente, Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a colocou-nos desafios importantes para o futuro. E, a esse propósito, se me permite, Sr. Primeiro-Ministro, faço-lhe duas sugestões. A primeira é a revisão a meio percurso, em 2008, que não pode estar confinada apenas à questão da despesa. Essa é a armadilha dos países contribuintes líquidos. Se o debate for confinado à despesa, ele terá sempre uma tendência irreversível para a redução da despesa. Não é possível deixar de pôr, a par da despesa, a questão das receitas próprias. E só analisando receitas e despesas em conjunto é possível perspectivar um orçamento para a União Europeia que corresponda às ambições.

Por último, V. Ex.^a trouxe-nos um desafio sobre o qual o País terá de se pronunciar. Nestas perspectivas financeiras, provavelmente não temos o acomodamento dos objectivos da Agenda de Lisboa que gostaríamos de ter, visto no quadro financeiro da União Europeia. Mas temos, pelo menos, dois instrumentos fundamentais: a reserva de 60% das despesas de coesão e estrutura para os objectivos da Agenda de Lisboa e o desenvolvimento rural como a grande alavanca do desenvolvimento agrícola e da coesão territorial.

É sobre isso que vamos ter de nos debruçar agora, mudando, talvez, a nossa mentalidade: menos pavilhões ginnodesportivos, menos piscinas, menos rotundas à volta das cidades, menos obras de fachada, mas mais obra para criar uma economia que tenha um efeito multiplicador no emprego, na solidariedade, na justiça e no bem-estar social dos europeus.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Vitorino, quero agradecer-lhe a lembrança do argumento importantíssimo, que esteve sempre presente na última noite em Bruxelas e que tem a ver com o seguinte facto: os países mais prejudicados pela ausência do acordo seriam os países beneficiários da coesão. É que não ter um orçamento aprovado não teria consequências para aqueles que recebem a maior parte dos fundos de outras áreas que não das políticas de coesão. Mas seria catastrófico para a política de coesão — para Portugal e para outros países, mas sobretudo para a política de coesão europeia — não ter aprovado um orçamento que desse um mínimo de estabilidade, num horizonte próximo, aos projectos e ao desenvolvimento dos fundos.

Por outro lado, seria absolutamente negativo para Portugal não ter um acordo bem expresso que lhe permitisse fazer uma discussão, nos próximos meses, sobre a forma de nos organizarmos para melhor gerir os fundos e, também, de elencarmos as nossas prioridades para alocarmos e sediarmos esses fundos. Ora, é para esse debate que gostaria de convocar a Assembleia da República.

A minha grande surpresa, Sr. Deputado, não é tanto imaginar o que seria — pois seria horrível — se eu viesse agora aqui discutir a aplicação dos fundos estruturais com um mau acordo para Portugal, porque sei onde se centraria o debate. E, apesar disso, não quis que perdêssemos muito tempo com aquilo que é sabido, ou seja, que este foi um bom acordo para Portugal. O que gostaria é que todas as bancadas dessem um contributo positivo a este desafio que temos pela frente. É que temos de mudar! Este próximo Quadro Comunitário de Apoio tem de ser um momento de viragem — e viragem na gestão dos fundos, com mais concentração, para permitir mais eficiência na gestão e maior flexibilidade, em termos de aprovação de projectos, correspondendo isso, ao mesmo tempo, a maior rigor, maior exigência e maior selectividade nos projectos a aprovar.

Naturalmente, tal vai contender com muitos interesses instalados na Administração Pública, nas câmaras municipais, enfim, nas estruturas que acompanham o Quadro Comunitário de Apoio. Mas isso

terá de ser enfrentado com determinação política, pois não podemos continuar como até aqui.

Os desafios que temos pela frente são de outra natureza e impõem a Portugal uma mudança nessa gestão. Ora, foi esse debate que propus no meu discurso e para o qual convoquei a Assembleia da República. Não queria ouvir aqui elogios ao Governo, nada disso. Queria que as forças políticas tivessem consciência da importância que esta matéria tem para o desenvolvimento de Portugal e que todas elas pudessem dar contributos e sugestões.

Verifico que grande parte dos partidos, que, acompanhando estes assuntos, sabem como esta matéria é importante, aproveitaram mais as suas intervenções para fazer comentários sobre a actualidade política. Estão no seu direito. Mas julgo que Portugal não perdoará a ninguém se, desta vez, não nos organizarmos com capacidade, com uma mudança estrutural na gestão e com uma definição clara das nossas prioridades, para que o nosso país possa enfrentar este desafio com mais segurança e mais confiança e possa corresponder a esta nova oportunidade que a Europa nos dá.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, importava que clarificássemos aqui uma situação. É que, de duas, uma (e só uma delas é possível): ou o acordo sobre as perspectivas financeiras é uma boa notícia, tal como está escrito na sua intervenção inicial, ou o acordo fica aquém da ambição europeia, como, aliás, já reconheceu, por várias ocasiões, durante este debate.

Em termos europeus, na minha opinião, o acordo é também uma oportunidade perdida. Temos uma Europa alargada, uma Europa a 25, e vamos ter um orçamento que é menor (importa não esquecer isto), muito menor do que aquele que está hoje em vigor — e isto não podia ter sido omitido no seu discurso, Sr. Primeiro-Ministro.

O que é que sucedeu no Conselho Europeu, Sr. Primeiro-Ministro? Apenas isto: os países ricos, que são os principais beneficiários do alargamento, vão pagar menos, vão contribuir menos. Ou seja, Sr. Primeiro-Ministro, vai haver cheques britânicos não só para a Inglaterra como, também, para todos os membros do chamado «clube dos ricos», o que não é justo, nem equilibrado, nem representa uma solidariedade europeia.

Não é bom para Portugal nem é bom, sobretudo, para a Europa.

Sr. Primeiro-Ministro, se este acordo é uma oportunidade perdida para a Europa, também o é para Portugal. Portugal perdeu a oportunidade de fazer vingar a sua situação global específica — e não estou a falar do desenvolvimento rural, já sei que vai falar dele.

Por exemplo: Portugal é reconhecidamente o país mais prejudicado em termos económicos e sociais com o alargamento; Portugal diverge há cinco anos da Europa e vai continuar a divergir até 2007/2008 (é o Programa de Estabilidade e Crescimento que o refere); Portugal é o país da Europa onde mais cresce o desemprego; Portugal é o país da Europa que cresce menos e que se arrisca a entrar em recessão económica, como já foi referido; Portugal, no final de 2006, já não será, certamente, apenas o mais pobre dos quinze, vai ser ultrapassado por quatro dos dez novos Estados-membros.

Neste quadro, Sr. Primeiro-Ministro, em minha opinião, o acordo podia e devia — mas não o fez — reconhecer a situação especial de Portugal. Aliás, a história recente oferece-lhe exemplos disso mesmo: a Grécia conseguiu reconhecer uma situação específica nacional quando Portugal e Espanha entraram na União Europeia. Não é preciso ir mais longe!

Portanto, apesar dos aspectos positivos, este acordo foi uma oportunidade perdida para a Europa e também para Portugal.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — O Sr. Primeiro-Ministro veio lançar-nos um desafio, veio convocar-nos para debater o futuro da utilização dos fundos estruturais, e eu lanço-lhe o segundo desafio feito ao Governo pela bancada do PCP —gostaria que o senhor enaltecesse e realçasse este facto, porque não é o primeiro, é o segundo; o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa lançou-lhe um desafio e eu lanço-lhe outro —, que é o seguinte: o Sr. Primeiro-Ministro e o Governo estão dispostos a fazer diferente do que fez, em 2000, o Eng.^o António Guterres quanto à gestão, à definição de prioridades e ao acompanhamento dos fundos comunitários do desenvolvimento regional? Está disposto a aceitar que as instituições eleitas, de carácter regional, e os autarcas deixem de ter um papel decorativo e passem a ter um papel de corpo inteiro, um papel autêntico nas decisões e na gestão dos fundos regionais?

Desafio-o a dizer-nos o que pensa sobre esta questão, porque a sua resposta é importante para o futuro da utilização dos fundos e da sua rentabilização no próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Honório Novo, em primeiro lugar, referi que este acordo foi uma boa notícia para a Europa e um bom resultado para Portugal. Naturalmente, há uma diferença entre bom, muito bom e excelente! Não disse que era uma excelente notícia, nem que era muito boa, e classificá-la-ia assim se o orçamento comunitário tivesse ido mais além do que realmente foi.

Julgo que este é um acordo que permite, no essencial, prosseguir as políticas europeias que Portugal sempre defendeu. E o que defendemos foi que a política de coesão valesse não apenas para Portugal mas para a Europa. A nossa luta foi contra os países que não queriam canalizar mais fundos de coesão para Portugal, porque os queriam aplicar apenas nos novos países agora membros da União Europeia. Foi essa a questão essencial que se resolveu politicamente com este acordo.

Em segundo lugar, Sr. Deputado Honório Novo, a nossa economia tem problemas estruturais aos quais o País tem de dar resposta, e nós não podemos esperar que sejam os fundos comunitários, que seja a Europa apenas a fazê-lo. Os fundos vão dar uma ajuda, mas quem tem de fazer o trabalho somos nós! Nós é que temos de pôr, de novo, o País a convergir, nós é que temos de fazer o País crescer, porque isso não dependerá apenas dos fundos comunitários.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Nem das orientações de Bruxelas!

O **Orador**: — Obtivemos o que é justo para a nossa coesão, e não queremos mais do que aquilo que é justo.

O que obtivemos deve-se à nossa posição relativa, porque não aceitámos que, por exemplo, a Irlanda tivesse mais fundos de coesão, porque a Irlanda já está muito acima da média europeia. E o Primeiro-Ministro irlandês foi o primeiro a aceitar que tinha de cortar nos fundos de coesão pela simples razão de que eles já não se justificavam!

Os problemas estruturais da nossa economia não dependem apenas dos fundos comunitários. Estes fundos comunitários podem dar uma ajuda e é para isso que devemos orientar os nossos esforços, para darmos, em primeiro lugar, uma hierarquia de prioridades bem clara e para fazermos o modelo de gestão ajustado a essas prioridades.

À pergunta se estou em condições de dizer que vou fazer diferente do que se fez em 2000, respondo que sim, porque os desafios em 2000 eram muito diferentes dos desafios para 2006. Muito diferentes! A exigência que se coloca ao nosso país é muito diferente, por isso já anunciei, nesta Assembleia, uma das mudanças na gestão dos fundos.

Assim, a primeira mudança é que vai haver menos programas operacionais, vamos concentrá-los por forma a termos maior flexibilidade e maior capacidade de poder apoiar os bons projectos, sem termos apenas a perspectiva de gastar o dinheiro. Gastar o dinheiro não é solução, solução é gastar bem estes fundos comunitários.

Também lhe digo, Sr. Deputado: todos serão bem-vindos à definição das orientações da gestão, mas o Governo não abdica das suas responsabilidades. É o Governo que responde pela boa aplicação dos fundos e, como tem essa responsabilidade, também tem de ter o poder de aplicar os fundos segundo as regras e os princípios de transparéncia e de participação a que nos queremos submeter.

Aplausos do PS.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Cuidado com as regras comunitárias e as boas práticas!

O Sr. **Presidente**: — Para formular uma pergunta ao Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra o Sr. Deputado Anacoreta Correia.

O Sr. **Miguel Anacoreta Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Gostaria, nesta intervenção, observando o tempo que me é destinado, de deixar claras as posições do meu partido sobre um conjunto de matérias.

Começaria por afirmar que consideramos francamente importante para Portugal o resultado obtido na última cimeira de chefes de Estado e de governo. Há motivos para estarmos satisfeitos e assinalamos com agrado que o Primeiro-Ministro associou ao êxito o anterior governo, sob cuja orientação estas negociações começaram, tendo ainda dirigido o seu agradecimento à diplomacia portuguesa — onde incluímos os funcionários da REPER (Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia). Ficámos também a saber que, afinal, é importante dispormos na Comissão Europeia de um Presidente de nacionalidade portuguesa.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Sempre pensámos que nestas questões, como em muitas outras, só temos a ganhar

em desenvolver linhas de acção política com continuidade e permanência. Mas a satisfação e alívio não ocultam a nossa preocupação sobre vários aspectos. Antes de mais, pensamos que uma Europa que se alarga em número de países e em políticas não pode baixar os seus meios financeiros. Os seis países mais ricos partiram mal para este exercício ao condicionar negativamente as perspectivas da negociação. Não é bom para o futuro da Europa que ela funcione, com alguma perversidade, a duas velocidades, penalizando justamente os países do alargamento.

Seria trágico para a Europa se o acordo não tivesse sido alcançado e difíceis de estimar os custos do não-acordo.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — No caso português, a nossa especificidade, que nos permitiu atingir bons números, é, no fim de contas e em si mesma, má. Parece-nos ser de deixar claro que consideramos que a nossa ambição deve ser a de, pelo nosso desempenho económico e social, deixarmos de ser um beneficiário para passarmos a ser um contribuinte líquido, não eternizando a condição de país beneficiário, como consequência da pobreza e atraso. Por isso, registamos como realista a afirmação do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, segundo a qual estas verbas têm de ser muito bem aplicadas porque são as últimas que Portugal vai receber, acrescentando ainda que o novo Quadro vai incidir sobre a qualificação dos recursos do capital humano.

Como o Sr. Primeiro-Ministro deixou a proposta de este ser um debate de responsabilidade, queria concentrar-me em três pontos. Em primeiro lugar, entendemos que os fundos comunitários não devem ser realizados em projectos de infra-estruturas cuja indispensabilidade, ou, pelo menos, a utilidade indiscutível, não esteja claramente demonstrada, principalmente quando esses projectos se desenvolvem em prazos de mais de uma década. Não vou citar exemplos, pois sabemos bem onde estão, mas não sabemos exactamente quanto nos vão custar.

Depois, queremos que nos diga, Sr. Primeiro-Ministro, se tenciona pôr em marcha mecanismos de acompanhamento verdadeiramente exigentes, que impeçam, por exemplo, que se continuem a realizar acções de formação que não têm nenhuma correspondência com as necessidades concretas da economia e que são meras acções para camuflar o desemprego, gerando, contudo, vícios e perversões na atitude dos beneficiários face ao mundo real do trabalho e do emprego.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Em terceiro lugar, repetiria uma questão já colocada em tempos. Tendo em conta a necessidade de dar maior incidência às questões referentes ao conhecimento, tecnologia e competitividade, em convergência com a Estratégia de Lisboa, há a intenção do Governo português de, aquando da discussão das modalidades de aplicação, defender o princípio dos «envelopes nacionais»?

Sr. Presidente, peço que me seja concedida uma tolerância de poucos segundos para que possa clarificar uma questão há pouco referida pelo Sr. Primeiro-Ministro. O meu partido é um partido da oposição, mas, pelo facto de o ser, não se sente obrigado a estar contra todos os projectos do Governo. Repare que este *speech* estava previamente escrito e que apenas presto este esclarecimento em resultado do desenrolar do debate, pois a verdade é que em relação à Ota — e gostava de o deixar perfeitamente claro — temos uma posição de grande critismo face aos estudos que estão por fazer. Com o projecto do TGV, estamos de acordo, o que prova, desde logo, que temos posições diferentes em relação a estes temas. De todo o modo, faltam realizar estudos relativos às ligações Lisboa/Porto e Lisboa/Madrid e em relação às ligações Aveiro/Salamanca e Porto/Vigo. Esperamos, portanto, que os estudos sejam feitos de forma correcta e que, no fim, possamos manter a nossa posição de apoio ao projecto do TGV.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Anacoreta Correia, queria saudá-lo e dizer-lhe que estou completamente de acordo com a sua intervenção. Em primeiro lugar, temos a obrigação de defender, no Governo e na oposição, porque isso é bom para o Estado português, uma linha de continuidade e persistência na nossa política externa. Isto é bom para Portugal, para as instituições políticas portuguesas e para o prestígio internacional do País. É por isso também que considero não ter feito mais do que o meu dever ao elogiar o governo anterior e a diplomacia portuguesa, na qual incluo, naturalmente, os funcionários da REPER. Não posso, portanto, estar mais de acordo com esse ponto.

Em segundo lugar, quero dar-lhe razão quanto à questão da formação. Contudo, se tem estado atento, constatará que também é nesse domínio que temos estado a trabalhar mais intensamente. De facto,

o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social apresentou já o programa Novas Oportunidades e é sob a sua alcada que pretendemos incluir todas as acções de formação que se dirigem fundamentalmente à valorização dos nossos recursos humanos, numa lógica de aumento da nossa competitividade. É sabido o efeito que tem nas nossas economias um alargamento muito substancial do nível de escolaridade. Daí a nossa ambição, que passa por querermos que 1 milhão de pessoas que estão agora a trabalhar alcancem um nível igual ou superior ao ensino secundário. O número que mais nos envergonha é o que diz que apenas 20% da nossa população activa conclui o secundário e, como tal, queremos rapidamente evoluir, não ficando na cauda da Europa com estes «pesos» que nos puxam para baixo. Aqui, sim, estão os problemas estruturais que nos condicionam.

O Sr. Deputado, depois da formação, falou das infra-estruturas e eu não posso estar mais de acordo consigo. Gostaria, aliás, que pudéssemos formar um consenso político quanto a isto. O Governo não tem o direito de aprovar grandes projectos sem estar sustentado em bons estudos económicos de avaliação custo-benefício. E se o Sr. Deputado reparar, o que fizemos nos últimos meses a propósito do TGV foi justamente efectuar esses estudos económicos custo-benefício. Estes estudos foram, aliás, feitos por dois professores insuspeitos da Universidade Católica, que foram convidados pelo Governo para apresentar os seus resultados, o que fizeram numa cerimónia pública.

Todavia, Sr. Deputado, desculpe que lho diga, a oposição não tem o direito de não ler esses pareceres. Não se pode ter a este respeito uma posição ideológica!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Essa é boa!

O **Orador**: — É preciso olhar para os estudos e ver, com realismo, se esses projectos são bons ou maus para o País. É um erro considerarmos a matéria dos transportes como matéria menor ou, como alguns dizem, de «betão armado». Ouvi o primeiro-ministro Blair discursar na semana passada junto dos elementos da City e ele disse que as três prioridades são bem claras: qualificação dos ingleses, aposta na tecnologia e aposta nos transportes.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — O primeiro-ministro Blair a plagiar o Primeiro-Ministro Sócrates?!

O **Orador**: — Nenhuma economia pode marginalizar ou secundarizar a importância que tem o transporte hoje nas economias modernas. É uma visão infantil de quem não sabe do que está a falar considerar a matéria de transportes como matéria menor.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Depois, o Sr. Deputado diz que em relação ao TGV o CDS-PP está de acordo, mas é muito crítico relativamente à Ota. Mas quero recordar-lhe, mais uma vez, Sr. Deputado, que este Governo, depois de ouvir as críticas que foi ouvindo relativamente ao projecto da Ota, pediu três pareceres aos melhores consultores internacionais para responder a três perguntas.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Depois de tomarem a decisão!

O **Orador**: — Dissemos: «Temos aqui os estudos que foram feitos em 20 anos, olhem para eles e respondam a estas três perguntas»:

Primeira pergunta: «Está ou não condenado o Aeroporto da Portela, relativamente à sua utilização?» A resposta inequívoca foi: «Está. O País terá um problema muito sério no seu transporte aéreo...»

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O **Orador**: — ... e com o bloqueamento que tem.»

Segunda pergunta: «É possível termos uma infra-estrutura mais pequena na Área Metropolitana de Lisboa, um aeroporto secundário?» A resposta foi: «Essa é má solução, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista competitivo».

Terceira pergunta: «A Ota é ou não a melhor localização?»

A única coisa que peço é que leiam os estudos.

O Sr. **Miguel Anacoreta Correia** (CDS-PP): — Eu li-os!

O **Orador**: — Não estou a dizer que não os leu. Acredito que os tenha lido. Não tenho dúvida.

O que peço é que se leiam esses estudos, para que se perceba que nestes domínios não podemos seguir o que se tem vindo a passar, Sr. Deputado, ou seja, o governo composto pelo PSD e pelo CDS-PP assumiu estes dois projectos como projectos importantes...

Vozes do PSD: — É falso!

O Orador: — ... e, depois, o PSD foi para a oposição e passou a defender que o Governo deveria deitar esses dois projectos fora. É isso que tira credibilidade a uma política de desenvolvimento no nosso País. É isso que, sinceramente, espero que não aconteça mais.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos iniciar a terceira volta do debate. Para uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Emídio Guerreiro.

O Sr. Emídio Guerreiro (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a lança-nos o desafio de nos pronunciarmos sobre os resultados da cimeira europeia do passado fim-de-semana e acusa-nos de em nada contribuirmos para este debate. Contudo, para além de considerações relativamente à necessidade de concentrar os programas e de os utilizar fundamentalmente na qualificação dos portugueses, não nos diz nem como, nem quando. Não informa esta Câmara nem os portugueses de quais são os programas que se propõe apresentar, nem especifica como vai aprofundar a qualificação dos portugueses.

Aliás, neste campo da qualificação, os exemplos que temos espalhados pelo País fora são os de cortes orçamentais, por parte das direcções regionais de educação, nas formações do nível 2, por vezes até num valor superior a um terço do valor orçamentado, o que, convenhamos, não é claramente o caminho certo para o fim pretendido.

O Sr. Luís Marques Mendes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Mas também não nos diz se vamos ou não ter um programa específico no novo Quadro Comunitário de Apoio para a nossa indústria têxtil, repto esse que tive oportunidade de lhe lançar no debate do passado dia 18 de Maio e que, até hoje, não teve qualquer resposta por parte do Governo.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Apenas o silêncio!

O Orador: — Sr. Primeiro-Ministro, se as negociações do novo Quadro Comunitário de Apoio são essenciais e decisivas, o que os portugueses hoje querem é respostas para os problemas mais prementes e, acima de tudo, resolver o problema do desemprego. Sei que esta matéria o incomoda e também já todos percebemos que é uma matéria que lhe dói, mas a verdade é que a realidade está aí, é inultrapassável e temos de lidar com ela, e é sobre a realidade concreta que os portugueses querem que nós, nesta Câmara, nos debrucemos e querem, sobretudo, que os partidos da oposição interroguem o Governo e que o Governo dê respostas.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Dentro deste clima, onde reina a falta de confiança e o desânimo das portuguesas e dos portugueses, há dados que nos preocupam a todos ou, pelo menos, nos deveriam preocupar a todos. Refiro-me em concreto aos números do desemprego nos licenciados. Os números não enganam. Os desempregados com qualificação superior não param de aumentar. Em Novembro de 2005, eram 43 376. Repito: 43 376! Mas também dou outro dado: em Fevereiro de 2005, quando os senhores chegaram ao poder, esse número era de 37 528. Ora, se compararmos os dados, temos que num ano o número de desempregados licenciados cresceu 15,9%. E dentro deste aumento significativo e preocupante podemos ainda constatar que a situação se tornou ainda mais difícil para as mulheres, que registaram um aumento de 19%.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Retórica, Sr. Primeiro Ministro, é ignorar esta realidade.

Quando pensa o senhor resolver este problema? Como pensa o senhor resolver este problema? Com o TGV? Com a Ota? Teremos os nossos quadros licenciados a trabalhar nas obras? Como concordará, com certeza, não é nem com o projecto da Ota nem com o projecto do TGV que resolverá este problema. Que resposta tem para a desesperança que se instala cada vez mais nos jovens e nas famílias?

O Sr. António Montalvão Machado (PSD): — Não tem!

O Orador: — O investimento que os portugueses fazem na qualificação dos seus filhos tem de estar no centro das preocupações do Governo de Portugal.

E, por favor, não nos venha falar dos Programas InovJovem e InovContacto, que irão colocar 3000 jovens licenciados em pequenas e médias empresas. É que sendo esta uma resposta interessante, fica claramente aquém das necessidades reais e concretas dos jovens licenciados, constituindo uma «gota de água» neste «oceano» que não pára de crescer.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Que resposta tem o Sr. Primeiro-Ministro para os mais de 40 000 licenciados que ficam de fora dos instrumentos que, até agora, em quase um ano de governação, o seu Governo criou?

São estas as respostas que os jovens quadros e as suas famílias gostariam de ouvir e que seria importante o senhor esclarecer.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Emídio Guerreiro, no meu discurso, falei não apenas de uma proposta de mudança significativa na gestão dos fundos estruturais como também abordei aquilo que são as quatro principais prioridades para os próximos tempos, ao nível da aplicação dos fundos comunitários. Isto parece-me ser da maior importância.

Verifico que o PSD sobre esta matéria, mais uma vez, tendo tido uma nova oportunidade, nada disse. Bem sei que os Srs. Deputados entendem que eu não devia pronunciar-me sobre isto, mas peço desculpa para dizer que esperava da parte do PSD um contributo mais positivo, um contributo para um debate tão importante como é este para o desenvolvimento do País.

O Sr. Deputado fala do desemprego e diz: «O desemprego dói-me, incomoda-me». Tem toda a razão: dói-me, incomoda-me... Pelos vistos, aos senhores não lhes doe, nem os incomodou tanto quando estiveram no governo até Fevereiro...!

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

E tudo faço para promover uma sociedade com mais emprego. Isso faz-se apostando na recuperação da nossa economia! E a recuperação da nossa economia exige...

Protestos do PSD.

Oiçam, Sr. Deputados, oiçam com atenção, tal como eu os ouvi! A recuperação da nossa economia exige que ponhamos em ordem as contas do Estado que os senhores deixaram muito desequilibradas. Isto exige que recuperemos a confiança e o investimento e isto exige uma batalha no campo da qualificação, no fundo, respondendo aos problemas estruturais da nossa economia.

Depois, o Sr. Deputado acusa-me também — e mais uma vez, já cá faltava!... — do TGV. Mais uma vez porque não há debate em que o PSD não venha com o TGV! Neste debate ainda não tinha vindo, veio agora pela boca do Sr. Deputado.

Mas eu quero recordar o seguinte: nesta Assembleia da República, eu já disse ao PSD que considerava intolerável que um partido que no governo assinou com Espanha o acordo que assinou venha agora, apenas porque está na oposição, dizer que é contrário ao projecto.

Aplausos do PS.

Até hoje, o PSD ainda não tinha explicado o porquê desta súbita cambalhota, pirueta, *flick-flacke* à rectaguarda, seja lá o que for, mas não há dúvida de que se trata de uma mudança de posição muito significativa.

Protestos do PSD.

Sei que não gostam de ouvir, mas vão ter de ouvir!

Mas neste último sábado, finalmente, o líder do PSD respondeu a essa pergunta, numa entrevista ao *Expresso*. Vejamos a resposta. Questionado assim: «Então, não foi o governo do PSD que aprovou o projecto do TGV ainda mais extenso e oneroso?», o Dr. Marques Mendes respondeu: «Tratou-se de uma negociação entre Portugal e Espanha relativamente às linhas a existir. Mas não houve qualquer decisão

de avançar...»

Então, houve o quê? Uma decisão de recuar? Então, o que é que estiveram lá a fazer? A tomar chá?!...

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

Então, uma negociação internacional, com calendários, com prazos, com a ligação a Vigo até 2009 e o Sr. Deputado Marques Mendes diz que não houve qualquer decisão de avançar?!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado, desculpe, mas isto é uma afirmação que o desqualifica enquanto responsável governamental.

O Sr. Emídio Guerreiro (PSD): — Fui eu quem fez a pergunta!

O Orador: — Afinal de contas o que o Sr. Deputado está a dizer é que o anterior governo assinou com Espanha um acordo com reserva mental. Afinal de contas, não estava a pensar cumpri-lo.

Desculpe, Sr. Deputado, isto não se diz, isto não o qualifica. Sr. Deputado, dizer isto não é sério!

Aplausos do PS.

Vozes do PSD: — E sobre a questão dos jovens licenciados? Nada, zero!

O Sr. Presidente: — Para formular a última pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado José Vera Jardim.

O Sr. José Vera Jardim (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, temos falado até agora — e falou V. Ex.^a — sobre os aspectos positivos, o bom resultado que foi este acordo para a Europa e o que de positivo ele traz para Portugal.

Mas eu quero falar de um outro aspecto, agora que estamos nestas horas seguintes a ter conseguido este acordo, que terá ficado talvez um pouco na «penumbra» mas que para mim não é menos importante. Trata-se da coesão europeia, do fortalecimento da unidade europeia e da possibilidade de começar a «arrumar» a casa europeia para uma afirmação da Europa na cena internacional.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Ao mesmo tempo que se realizava esta Cimeira Europeia dava-se uma outra reunião, também muito importante: a reunião da Organização Mundial do Comércio.

E não foi por acaso que passadas horas de terminar a Cimeira Europeia foi possível terminar também a reunião da Organização Mundial do Comércio, porque a Europa, e sobretudo a Europa, abriu o caminho a ultrapassar os impasses de que há vários anos sofriam os processos decisórios da Organização Mundial do Comércio.

Sr. Primeiro-Ministro, todos nós sabemos que muitos líderes dos países mais ricos fazem discursos de intenções muito bons, em relação àquilo que é o relacionamento entre os países ricos e os países mais pobres do mundo, para começar pela África que nos é tão próxima. Mas também sabemos quantas vezes e de que maneira ao chegar às conclusões e àquilo que é necessário fazer esses países claudicam. Penso que estamos a atravessar uma nova fase depois da cimeira do milénio e que foi possível, dada essa coesão da Europa e dadas algumas decisões que terão sido tomadas para o futuro próximo da Europa, chegar também aí a acordo. Penso que isto é também importante para a Europa e também é importante para o mundo.

A Europa só se solidificará, só se fortificará também ao cumprir os objectivos de solidariedade, não só entre si mas também com os países mais pobres. E foi a partir desta unidade e desta coesão europeias conseguidas na Cimeira que foi possível chegar a acordo na reunião da Organização Mundial do Comércio.

Sr. Primeiro-Ministro, estou certo de que o Governo português continuará a acompanhar os esforços europeus no sentido de alterar para mais justas, para mais solidárias as relações da regulação internacional da economia, que é feita hoje sobretudo na Organização Mundial do Comércio — e não nos digam que isto não tem que ver directamente com o futuro da Europa. Isto é essencial para o futuro também da construção europeia!!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para dar a última resposta, neste debate mensal com o Governo, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Vera Jardim, quero agradecer-lhe por ter trazido a este debate o tema Organização Mundial do Comércio (OMC),...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Ah!...

Vozes do PSD: — E os assuntos TGV e jovens licenciados?

O **Orador**: — ... porque, realmente, o mundo precisa da Europa e se há área para a regulação do mercado mundial em que é fundamental uma presença europeia mais forte, ela é, sem dúvida, a da regulação desta economia global.

E se há conclusões desta cimeira da OMC elas são as seguintes: em primeiro lugar, a Europa teve nela um papel decisivo para atingirmos um acordo, a Europa participou nesta regulação do comércio mundial de forma muito positiva, ela foi o motor deste acordo; em segundo lugar, a Europa esteve unida nos objectivos.

Gostaria também de dizer que a verdade é que a Europa deu um contributo para que o mundo seja mais justo e mais equilibrado, porque uma das maiores ameaças à nossa segurança é mantermos esta brutal injustiça de não querermos que os países menos desenvolvidos tenham acesso aos mercados dos países mais desenvolvidos com os seus produtos agrícolas.

O Sr. **José Vera Jardim** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Isto é verdadeiramente injusto.

O acordo conseguido é razoável, equilibrado e permite que os países se preparem para essa nova fase, mas é algo que dá esperança aos milhões de pobres que vivem nos países menos desenvolvidos. Portanto, é um caminho que estamos a percorrer, são passos que vão na direcção certa de um mundo mais justo, mais equilibrado, mais regulado e para o qual a Europa, certamente, contribuiu. E é por isso que precisamos de uma Europa mais forte, de uma Europa que ofereça mais confiança aos seus cidadãos e à sua economia, mas também de uma Europa que mereça a confiança daqueles que olham para ela com esperança e com vontade de que ocupe o seu lugar no mundo.

Foi por isso que tivemos este debate sobre a Europa e que o Governo o propôs, porque é muito importante o projecto europeu (como digo, importante para a Europa e para Portugal), mas também porque este acordo das perspectivas financeiras dá ao nosso país uma nova oportunidade que não temos o direito de desperdiçar. Julgo que fica deste debate a consciência da urgência da construção de um sistema que permita a Portugal aplicar melhor os seus fundos e fazer deles uma oportunidade para potenciar as prioridades políticas definidas neste debate.

Estando nós no momento em que estamos, no dia 20 de Dezembro, e sendo provavelmente esta a última vez, este ano, que estarei com alguns dos Srs. Deputados, queria desejar a todos um feliz Natal e também um feliz Ano Novo, com boas entradas. Cá estaremos, no próximo ano, para continuar a honrar a democracia e a Assembleia da República com mais debates, nesta Casa, sobre os problemas do país.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, queria também agradecer e retribuir, em nome da Assembleia da República, ao Sr. Primeiro-Ministro e aos Membros do seu Governo os votos de Boas Festas e de feliz Ano Novo.

Srs. Deputados, terminámos a nossa ordem de trabalhos.

A próxima sessão plenária realizar-se-á amanhã, pelas 15 horas, tendo um período de antes da ordem do dia, a que se seguirá, ao abrigo do n.º 4 do artigo 78.º do Regimento da Assembleia da República, um debate de urgência, requerido pelo Grupo Parlamentar do PSD, sobre «A política do Governo para o sector energético», e a apreciação do projecto de lei n.º 48/X — Regime jurídico do mergulho desportivo (PCP), havendo votações à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 30 minutos.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS):

Júlio Francisco Miranda Calha
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

Partido Social Democrata (PSD):

Arménio dos Santos
Melchior Ribeiro Pereira Moreira
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho

Partido Comunista Português (PCP):

Francisco José de Almeida Lopes
Maria Odete dos Santos

Bloco de Esquerda (BE):

Ana Isabel Drago Lobato

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS):

António José Ceia da Silva
Glória Maria da Silva Araújo
João Barroso Soares
Manuel Alegre de Melo Duarte
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
Miguel João Pisoero de Freitas
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues

Partido Social Democrata (PSD):

Joaquim Virgílio Leite Almeida Costa
José de Almeida Cesário
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
Luís Filipe Alexandre Rodrigues
Mário Henrique de Almeida Santos David

Partido Popular (CDS-PP):

António de Magalhães Pires de Lima
Paulo Sacadura Cabral Portas

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL